

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL (9ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA)

ORDEM DO DIA

SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE MARÇO DE 2024

MESA DIRETORA
(ATO DO PRESIDENTE Nº 28/23 – DCL 14/02/23)

PRESIDENTE

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB)

VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO RICARDO VALE (PT)

1ª SECRETARIA

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)

SUPLENTE

DEPUTADO PEPA (PP)

2ª SECRETARIA

DEPUTADO ROOSEVELT (PL)

SUPLENTE

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB)

3ª SECRETARIA

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)

SUPLENTE

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)

CORREGEDOR

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL)

OUIDOR

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD)

PROCURADORA ESPECIAL DA MULHER

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) / PAULA BELMONTE (CIDADANIA) / JAQUELINE SILVA (MDB)

PROCURADORIA ESPECIAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – PRO 60+

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) / IOLANDO (MDB)

PROCURADORIA ESPECIAL DA DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL)

*ATO DO PRESIDENTE Nº 585/23 (DCL 27/11/23). ** DESIGNAÇÃO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 06/02

PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES (LIDERANÇAS)

		LIDERES	VICE-LIDERES
MDB Doutora Jane (MDB) , Hermeto (MDB) , Iolando (MDB) , Jaqueline Silva (MDB) , Wellington Luiz (MDB) e Daniel Donizet (MDB)	06	Iolando (MDB)	Hermeto (MDB)
BLOCO UNIÃO DEMOCRÁTICO Eduardo Pedrosa (UNIÃO) , Jorge Vianna (PSD) , Martins Machado (REPUBLICANOS) , Robério Negreiros (PSD) e Rogério Morro da Cruz	05	Jorge Vianna (PSD)	Eduardo Pedrosa (UNIÃO)
PL Thiago Manzoni (PL) , Roosevelt (PL) e Joaquim Roriz Neto (PL)	03	Joaquim Roriz Neto (PL))	Thiago Manzoni (PL)
PT Chico Vigilante (PT) , Gabriel Magno (PT) e Ricardo Vale (PT)	03	Chico Vigilante (PT)	Ricardo Vale (PT)
PSOL/PSB Fábio Felix (PSOL) , Dayse Amarilho (PSB) e Max Maciel (PSOL)	03	Max Maciel (PSOL)	Dayse Amarilho (PSB)
PP Pastor Daniel de Castro (PP) e Pepa (PP)	02	Pepa (PP)	Pastor Daniel de Castro (PP)
AVANTE João Cardoso (AVANTE)	01	João Cardoso (AVANTE)	
CIDADANIA Paula Belmonte (CIDADANIA)	01	Paula Belmonte (CIDADANIA)	
MINORIA (PT) Chico Vigilante (PT) , Gabriel Magno (PT) e Ricardo Vale (PT)	03	Gabriel Magno (PT)	
MAIORIA (MDB) Doutora Jane (MDB) , Hermeto (MDB) , Iolando (MDB) , Jaqueline Silva (MDB) , Wellington Luiz (MDB) e Daniel Donizet (MDB)	06	Iolando (MDB)	
GOVERNO Robério Negreiros (PSD)	01	Robério Negreiros (PSD)	

COMISSÕES PERMANENTES

(ATO DO PRESIDENTE Nº 27/23 DCL 01/01/2023 e 60/23 DCL 13/01)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Thiago Manzoni (PL)	Joaquim Roriz Neto (PL)
Vice-Presidente	Chico Vigilante (PT)	Gabriel Magno (PT)
Membros	Robério Negreiros (PSD)	Martins Machado (REPUBLICANOS)
	Fábio Felix (PSOL)	Max Maciel (PSOL)
	Iolando (MDB)	Hermeto (MDB)
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Eduardo Pedrosa (UNIÃO)	Martins Machado (REPUBLICANOS)
Vice-Presidente	Joaquim Roriz Neto (PL)	Daniel Donizet (MDB)
Membros	Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
	Jaqueline Silva (MDB)	Doutora Jane (MDB)
	Jorge Vianna (PSD)	Robério Negreiros (PSD)
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Dayse Amarílio (PSB)	Ricardo Vale (PT)
Vice-Presidente	Max Maciel (PSOL)	Fábio Felix (PSOL)
Membros	João Cardoso (AVANTE)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
	Martins Machado (REPUBLICANOS)	Eduardo Pedrosa (UNIÃO)
	Pastor Daniel de Castro (PP)	Jorge Vianna (PSD)
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Chico Vigilante (PT)	Gabriel Magno (PT)
Vice-Presidente	Jorge Vianna (PSD)	João Cardoso (AVANTE)
Membros	Hermeto (MDB)	Pepa (PP)
	Daniel Donizet (MDB)	Pastor Daniel de Castro (PP)
	Iolando (MDB)	Dayse Amarílio (PSB)
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Fábio Felix (PSOL)	Max Maciel (PSOL)
Vice-Presidente	Ricardo Vale (PT)	Gabriel Magno (PT)
Membros	João Cardoso (AVANTE)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
	Rogério Morro da Cruz	Doutora Jane (MDB)
	Jaqueline Silva (MDB)	Iolando (MDB)
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Hermeto (MDB)	Iolando (MDB)
Vice-Presidente	Pepa (PP)	Pastor Daniel de Castro (PP)
Membros	Gabriel Magno (PT)	Chico Vigilante (PT)
	Daniel Donizet (MDB)	Roosevelt (PL)
	Eduardo Pedrosa (UNIÃO)	Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Gabriel Magno (PT)	Chico Vigilante (PT)
Vice-Presidente	Dayse Amarílio (PSB)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
Membros	Thiago Manzoni (PL)	Roosevelt (PL)
	Jorge Vianna (PSD)	Robério Negreiros (PSD)
	Ricardo Vale (PT)	Martins Machado (REPUBLICANOS)

COMISSÃO DE SEGURANÇA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Doutora Jane (MDB)	Jorge Vianna (PSD)
Vice-Presidente	Pastor Daniel de Castro (PP)	Pepa (PP)
Membros	Roosevelt (PL)	Thiago Manzoni (PL)
	Hermeto (MDB)	João Cardoso (AVANTE)
	Iolando (MDB)	Jaqueline Silva (MDB)
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Daniel Donizet (MDB)*	Thiago Manzoni (PL)
Vice-Presidente	Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
Membros	Doutora Jane (MDB)	Jaqueline Silva (MDB)
	Rogério Morro da Cruz	Jorge Vianna (PSD)
	Joaquim Roriz Neto (PL)	Martins Machado (REPUBLICANOS)
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
Vice-Presidente	Ricardo Vale (PT)	Gabriel Magno (PT)
Membros	Robério Negreiros (PSD)	Jorge Vianna (PSD)
	Dayse Amarílio (PSB)	Chico Vigilante (PT)
	Max Maciel (PSOL)	Fábio Felix (PSOL)
COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Max Maciel (PSOL)	João Cardoso (AVANTE)
Vice-Presidente	Martins Machado (REPUBLICANOS)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
	Pepa (PP)	Pastor Daniel de Castro (PP)
	Gabriel Magno (PT)	Chico Vigilante (PT)
	Fábio Felix (PSOL)	Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO**		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Pepa (PP)	Pastor Daniel de Castro (PP)
Vice-Presidente	Iolando (MDB)	Jaqueline Silva (MDB)
	Ricardo Vale (PT)	Chico Vigilante (PT)
	Rogério Morro da Cruz	Jorge Vianna (PSD)
	Roosevelt (PL)	Thiago Manzoni (PL)

*Eleito em Reunião da Comissão em 09/03/23. ** Instalada e Eleição realizada no dia 28/11/23. Eleição de Presidente realizada no dia 06/02/24 publicada no DCL 15/02/24.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS E ESPECIAIS

COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - 2023

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTE
Presidente - Roosevelt (PL)	Daniel Donizet (MDB)
Vice-Presidente - Pastor Daniel de Castro (PP)	Pepa (PP)
Thiago Manzoni (PL)	Joaquim Roriz Neto (PL)
Ricardo Vale (PT)	Gabriel Magno (PT)
Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
Robério Negreiros (PSD)	Jorge Vianna (PSD)
Hermeto (MDB)	Iolando (MDB)

Ato do Presidente nº 28/23, publicado no DCL de 01/01/2023. Eleição de Presidente realizada no dia 06/02/24 publicada no DCL 15/02/24.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE MARÇO DE 2024 ÀS 15 HORAS

ITEM 1: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.921, de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “dispõe sobre o piso salarial do enfermeiro na rede privada de saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV) - CCJ

MENSAGEM Nº 184/18 – GAG. Razões do veto total: competência exclusiva da União para legislar sobre Direito do Trabalho (art. 22, I, da Constituição Federal).

Incluído na Ordem do Dia em 12/03/19. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 2: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 27, de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que “institui o Programa Qualifitec de qualificação profissional”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 140/19 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Incluído na Ordem do Dia em 17/09/19. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 3: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 102, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “assegura, para as pessoas com deficiência, a reserva de, no mínimo, 10% dos cargos em comissão e das funções de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 195/19 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Incluído na Ordem do Dia em 24/09/19. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 4: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 90, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de brigada profissional, composta exclusivamente por bombeiros civis, pelas unidades e estabelecimentos das redes pública e privada de saúde do Distrito Federal com frequência diária superior a 500 pessoas”.

Relator: Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS) - CCJ

MENSAGEM Nº 260/19 – GAG. Razões do veto total: medida contrária Norma Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sobre segurança em edificações; contrariedade ao interesse público.

Incluído na Ordem do Dia em 05/02/20. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 5: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 306/19 – GAG. Razões do veto parcial ao dispositivo § 5º, do art. 61, da Lei Complementar nº 840/2011, incluído pela emenda nº 1, transcrita no inciso II, do art. 1º: contrariedade ao princípio da isonomia; dispensa atestado de junta médica oficial para concessão de redução de jornada de trabalho no caso de deficiência de lesão medular – LM ou traumatismo raquimedular – TRM.

Incluído na Ordem do Dia em 03/03/20. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 6: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.125, de 2018, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, as Olimpíadas de Ceilândia".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 7/20 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 37 da Constituição Federal); evento privado em calendário oficial do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 7: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 394, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "institui e inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia Distrital dos Serviços de Lions Clube no Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 13/20 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 37 da Constituição Federal).

Indicação do Deputado Reginaldo Sardinha. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 8: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 455, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, a Festa Junina do Nipo, a realizar-se na primeira quinzena de junho".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 395/19 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 37 da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 9: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 932, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 28/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso VI do art. 2º e art. 4º: afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 10: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 411, de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “dispõe sobre a realização de cursos de reanimação cardiopulmonar ou reanimação cardiorrespiratória e de manobra de Heimlich para os empregados de restaurantes, hotéis, motéis, boates, bares, lanchonetes e similares no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 42/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, e art. 21, XIV, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 11: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 547, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de energia elétrica darem publicidade às normas do Sistema de Compensação Energética Nacional que incentivam o uso de fontes de energia solar e eólica em ambientes residenciais no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 50/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, IV, e art. 21, XII, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 12: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 547, de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que “dispõe sobre normas específicas de proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos distritais e de participação dos usuários na fiscalização da eficácia desses serviços e regulamenta o art. 30 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 100/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º; § 5º do art. 11; § 2º do art. 12; e incisos II e IV do art. 21: contrariedade ao interesse público; incompatibilidade com normativo federal (Lei nº 13.460, de 2017).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 13: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.041, de 2020, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “dispõe sobre o Programa de Renda Temporária para os trabalhadores afetados pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 165/20 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao interesse público por gerar aumento de despesa em momento de queda de arrecadação.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 14: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 955, de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “institui mecanismos de prevenção ao suicídio e de repressão administrativa ao comércio ilegal de organofosforados e carbamatos conhecidos como ‘chumbinho’, altera o art. 27 da Lei nº 414, de 15 de janeiro de 1993, que ‘Dispõe sobre produção, armazenamento, comercialização, transporte, consumo, uso, controle, inspeção, fiscalização e destino final de agrotóxicos, seus componentes e afins no Distrito Federal e dá outras providências’”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 199/20 – GAG. Razões do veto total: produtos autorizados pelo MAPA e pela ANVISA, cuja vedação terá impacto significativo na produção agrícola do Distrito Federal; proposição desconsidera o impacto da retirada imediata desses produtos para a produção local.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 15: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.126, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus – Covid-19”

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 203/20 – GAG. Razões do veto parcial ao 5º, § 3º do art. 7º e §§ 3º e 5º do art. 11: art. 5º, e art. 11, §3º: estabelecimento de prioridades pode restringir o número de beneficiários; competência da SEDES para analisar a situação e estabelecer prioridades; art. 7º, §3º: violação ao princípio da proporcionalidade; art. 11, §5º: afronta ao princípio da livre iniciativa por interferência indevida em instituição financeira.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 16: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.079, de 2020, de autoria dos Deputados Rafael Prudente e Daniel Donizet, que “dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 216/20 – GAG. Razões do veto total: afronta ao princípio da livre iniciativa e da livre concorrência (art. 170 da Constituição Federal); interferência em relações contratuais privadas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 17: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.063, de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “dispõe sobre a suspensão das cobranças das tarifas de consumo por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica, água potável e esgotamento sanitário, enquanto perdurar o estado de calamidade decretado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo federal nº 6 de 2020, na forma que especifica”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 220/20 – GAG. Razões do veto total: interferência indevida na gestão de contratos administrativos cuja gestão é reservada ao Poder Executivo; afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 18: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 37, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 236/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 19: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.193, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que ‘dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências’”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 237/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º: dispositivo vetado já encontra parâmetro no art. 28 da LDO e no art. 150, §16, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 20: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.145, de 2020, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “dispõe sobre medidas urgentes a fim de assegurar os direitos da População em Situação de Rua durante situação de emergência ou estado de calamidade pública e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 255/20 – GAG. Razões do veto parcial ao arts. 2º e 3º: contrariedade ao princípio da reserva de administração e da separação de poderes; afronta ao regime jurídico das empresas privadas ao qual se submete a CAESB (art. 173, §1º, inciso II, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 21: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.259, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 274/20 – GAG. Razões do veto parcial ao §§ 1º e 4º do art. 1º e arts. 2º e 3º; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sessão Extraordinária de 10/11/20: apreciado o veto ao art. 2º - **rejeitado.**
Demais itens pendentes de apreciação. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 22: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.050, de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “dispõe sobre a inclusão de insumos produzidos pelos produtores rurais e agricultores do Distrito Federal nos cardápios das entidades públicas e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 280/20 – GAG. Razões do veto total; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 23: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.236, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Emergencial de Crédito Empresarial do Distrito Federal - PROCRED-DF em enfrentamento aos efeitos econômicos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19 e cria o seu Fundo Garantidor - FG/PROCRED-DF”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 286/20 – GAG. Razões do veto parcial ao §5º do art. 1º; § 8º do art. 3º; e §§ 1º, 3º e 4º do art. 8º; afronta ao princípio da isonomia ao abarcar categorias específicas; violação ao arts. 195, §3º da Constituição Federal e art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal; afronta ao princípio da separação dos poderes na determinação da quantidade de membros de Conselho de Administração.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 24: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 559, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "altera dispositivos da Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013, que 'estabelece normas para o transporte de pais ou responsáveis por aluno matriculado na rede pública de ensino que residam nas áreas rurais, nos dias que especifica, e dá outras providências'".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 297/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso II do art. 1º: ampliação de benefício em descumprimento ao art. 71, §2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal que veda a concessão de gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta sem a correspondente fonte de custeio.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 25: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 561, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que "estabelece diretrizes para a instituição do Programa de Redução de Danos no Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 308/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 6º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 26: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.244, de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que "dispõe sobre a criação de medida excepcional para proteção social dos atletas, paratletas, técnicos, guias, chamadores e Calheiros em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 313/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 27: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.212, de 2020, de autoria da Deputada Jaqueline Silva (MDB), que "dispõe sobre a prorrogação excepcional da validade de documentos e a suspensão das vistorias dos permissionários de transportes escolares do Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 312/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14 da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 28: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.127, de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que “institui, no Distrito Federal, a obrigatoriedade de os estabelecimentos autorizados pelo governo do Distrito Federal a funcionar no período da pandemia fornecerem máscaras, luvas e álcool em gel, gratuitamente, aos seus funcionários e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 311/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14 da Lei Orgânica do Distrito Federal); necessidade de lei específica para tratar sobre isenções, remissões, anistias e benefícios tributários (art. 131, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 29: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.133, de 2020, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “dispõe sobre garantias de liberdade individual e proteção de dados pessoais no monitoramento inteligente para combate a pandemias e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 315/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, IV, e art. 21, XI, da Constituição Federal).

Sessão Extraordinária de 10/11/20: apreciado veto parcial ao art. 7º (Dep. Julia Lucy) - **mantido.**

Demais itens pendentes de apreciação.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 30: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 15, de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que “altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código Tributário do Distrito Federal, a fim de adicionar ao art. 2º o inciso IV”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 316/20 – GAG. Razões do veto total: competência privativa da União (art. 149, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 31: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.346, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados e vigentes no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 319/20 – GAG. Razões do veto parcial ao §4º do art. 1º: dispositivo inserido via emenda parlamentar; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 32: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 937, de 2020, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “dispõe sobre os pontos de apoio para trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros nas Regiões Administrativas do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 343/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 5º: dispositivo inserido via emenda parlamentar; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 33: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 467, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “institui a Política Distrital para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 351/20 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 7º: Iniciativa reservada ao chefe do Poder (art. 71, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal) fere o princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e nos termos do art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 34: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 217, de 2019, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “estabelece diretrizes para a concessão de incentivo financeiro às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 348/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 35: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 473, de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “institui o Sistema de Bibliotecas Escolares no âmbito do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 374/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 36: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 232, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “institui a Semana Distrital de Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e dá outras providências”.

Relator: Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS) - CCJ

MENSAGEM Nº 393/20 – GAG. Razões do veto parcial art. 2º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 37: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.496, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 396/20 – GAG. Razões do veto parcial aos §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º, e ao art. 3º: dispositivos oriundos de emenda parlamentar sem apresentação de estimativa de impacto financeiro-orçamentário (arts. 14 e 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 38: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.711, de 2017, de autoria dos Deputados Chico Vigilante Lula da Silva e Roosevelt, que “dispõe sobre o cancelamento da inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos e a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial que, de qualquer forma, adquirir, distribuir, entregar, armazenar, possuir em depósito, transportar, vender ou expuser à venda mercadoria de origem ilícita ou não comprovada e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 440/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 39: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.176, de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que “proíbe, nos horários de maior fluxo de veículos, a realização de serviços e obras que afetem ou possam afetar o livre fluxo nas vias urbanas”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 439/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 40: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 991, de 2020, de autoria do Deputado Hermeto, que “dispõe sobre a utilização de medidor de efluentes para lançamento na rede pública de coleta de esgotos e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 447/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 41: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 439, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 450/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 42: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 967, de 2020, de autoria do Deputado Leandro Grass, que “estabelece incentivos para incremento das atividades econômicas lideradas por mulheres no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 493/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso IV do art. 2º e §§ 1º e 2º do art. 3º: competência legislativa privativa da União (art. 22, VII, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal); criação de incentivos fiscais exige lei específica (art. 131, I, Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 43: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.203, de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “restringe, no Distrito Federal, a implantação de portarias virtuais em condomínios habitacionais”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 496/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 44: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 372, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a concessão de porte de arma de fogo para o Agente Socioeducativo do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 500/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I e XXI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 45: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 34, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “institui diretrizes e dispõe sobre a adoção de medidas em caso de interdição em unidade escolar da rede pública de ensino e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 506/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XXVI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal); previsão genérica de dispensa de licitação não prevista em norma federal; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 46: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.224, de 2020, de autoria do Deputado Valdelino Barcelos, que “institui o Programa de Segurança, Revitalização, Conservação, Manutenção e Modernização das paradas de ônibus no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 505/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 47: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 694, de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos a mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 5/21 – GAG. Razões do veto parcial ao §1º do art. 1º: atendimento ao pleito exige adaptação da rede pública hospitalar; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 48: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.566, de 2020, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “institui a política de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 23/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso I do art. 7º; arts. 11 e 15; e parágrafo único do art. 19: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); competência privativa da União para legislar sobre direito processual (art. 22, I, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 49: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.057, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre o uso de espaço para colocação de painéis com indicadores de empregos nos terminais de ônibus e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 28/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 50: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.563, de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de telas de proteção nas janelas, que não sejam travadas, em todos os apartamentos, que não sejam no térreo, em que morem crianças, mesmo que eventualmente”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 27/21 – GAG. Razões do veto total: alega competência privativa do Poder Executivo para legislar sobre proteção à infância e violação ao princípio da proporcionalidade por não acolher meios menos gravosos de restrição.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 51: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 984, de 2020, de autoria do Deputado João Cardoso, que “dispõe sobre a instalação de tomadas de energia destinadas a assegurar carga elétrica em baterias de aparelhos de telefonia celular e outros equipamentos eletrônicos, nas localidades que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 26/21 – GAG. Razões do veto total: competência privativa da União para legislar sobre relações contratuais (direito civil) (art. 22, inciso I, da Constituição Federal); matéria não se enquadra na iniciativa concorrente para tratar da defesa do consumidor.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 52: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.955, de 2018, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre o custeio de danos materiais causados por apenados, presos e detentos custodiados nos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 25/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, inciso I, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 53: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 957, de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012 que ‘Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal’”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 40/21 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos II, III e IX do art. 1º:

- inciso II: permite a deficiente auditivo concorrer a vagas reservadas a deficientes; contrariedade a normas gerais da União e iniciativa reservada do Poder Executivo;
- inciso III: definição de deficiência auditiva, unilateral ou bilateral, para fins de enquadramento como deficiente para reserva de vagas; contrariedade a normas gerais da União e iniciativa reservada do Poder Executivo;
- inciso IX: estabelece critérios para nulidade de questões nas provas; critérios incongruentes em caso de nulidade de questão.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 54: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.120, de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de toda a rede pública e privada de saúde do Distrito Federal solicitar os dados das pessoas curadas que contraíram o vírus causador da Covid-19 (novo coronavírus), a fim de que sejam enviados os respectivos dados ao sistema próprio disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 43/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 55: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.207, de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “veda a venda casada de produtos e serviços com a garantia estendida ou seguro congênere, e assegura direitos ao consumidor do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 47/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso IV do art. 2º: dispositivo condiciona fornecedor a valor máximo do serviço sem respaldo no princípio da razoabilidade; intervenção estatal indevida na atividade econômica.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 56: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.166, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “assegura aos pacientes com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise e diálise, bem como aos pacientes com neoplasia maligna em tratamento de quimioterapia e radioterapia, atendimento prioritário para vacina, testes rápidos ou RT-PCR e sorológico para diagnóstico de Covid-19 ou outras doenças virais relacionadas a pandemia, epidemia ou endemia”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 49/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 57: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.134, de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que “dispõe sobre o direito dos usuários do sistema de saúde do Distrito Federal, seja ele público ou privado, da garantia de assistência fisioterapêutica, 24 horas, nas unidades de terapia intensiva”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 50/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 58: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 972, de 2020, de autoria do Deputado João Cardoso, que “institui a política voltada à plenitude emocional da mulher no campo, no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 54/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 5º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 59: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 915, de 2020, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a obrigação da administração do Aeroporto Internacional de Brasília de disponibilizar funcionário para auxiliar os idosos na retirada de suas bagagens no momento do desembarque”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 62/21 – GAG. Razões do veto total: competência exclusiva da União para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária (art. 21, inciso XII, alínea "c", da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 60: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.738, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "altera a Lei 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que 'dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal' e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 72/21 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao interesse público; estabelecimento de tratamento diferenciado não razoável entre entidades religiosas e pessoas jurídicas de direito privado, em desconformidade com o art. 44, inciso IV, do Código Civil e com o art. 19, inciso I, da Constituição Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 61: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.569, de 2020, de autoria do Deputado Fábio Felix, que "altera a Lei nº 6.573, de 8 de maio de 2020, de autoria do Poder Executivo, que 'Institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus - Covid-19'".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 79/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 62: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.206, de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que "institui a Política de Reciclagem de Resíduos Veiculares - PRRV - e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 98/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal) e afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 63: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.668, de 2021, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de comprovante de vacinação contra a Covid-19 em todos os atos administrativos do governo do Distrito Federal, para acesso a qualquer benefício social e para matrícula na rede de ensino pública e privada e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 104/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 64: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.725, de 2021, de autoria dos Deputados Arlete Sampaio, Chico Vigilante Lula da Silva e Fábio Félix, que "institui benefício emergencial para a população em situação de vulnerabilidade social do Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 115/21 – GAG. Razões do veto total: criação de benefício sem indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 203, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 195, § 5º, da Constituição Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 65: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.620, de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "altera a Lei nº 5.470, de 23 de abril de 2015, que determina a publicação pelos sindicatos, na rede mundial de computadores, das ações e das respectivas prestações de contas relativas às contribuições e às demais verbas recebidas, no âmbito do Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 114/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal) e contrariedade ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 66: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.728, de 2021, de autoria da Deputada Jaqueline Silva (MDB), que "dispõe sobre a transparência e logística de vacinação contra a Covid-19 dos profissionais que trabalham em hospitais públicos e privados no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 113/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 67: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.254, de 2020, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "altera a Lei nº 1.670, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o direito de visita a pacientes internados na rede hospitalar do Distrito Federal, e a Lei nº 2.804, de 25 de outubro de 2001, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Distrito Federal, para incorporar o direito do paciente a teleconsulta, nos casos que especifica".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 112/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 68: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.177, de 2020, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre a remuneração do Trabalho em Período Definido – TPD em situações de decretação de emergência na saúde pública do Distrito Federal, bem como altera a Lei nº 6.137, de 20 de abril de 2018, que cria a remuneração por Trabalho em Período Definido – TPD e prevê outras medidas para garantir a assistência à saúde no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 131/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 69: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.387, de 2020, de autoria dos Deputados Arlete Sampaio e Leandro Grass, que “estabelece diretrizes a serem observadas na definição da tarifa residencial social dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 132/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 70: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.322, de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “estabelece a isenção da cobrança de diária de estadia de veículos automotores em depósito (pátio legal), para os proprietários que forem retirá-los no mesmo dia do recolhimento pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 133/21 – GAG. Razões do veto total: matéria regulamentada em lei federal (art. 271, §10, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 71: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.862, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de táxis, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 125/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º: dispositivo oriundo de emenda parlamentar que gerou aumento de despesa sem estimativa de impacto orçamentário-financeiro (art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 72: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 259, de 2019, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a obrigação das operadoras de telefonia fixa ou móvel de garantirem a identificação das chamadas telefônicas, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 153/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; matéria de competência da União (art. 21, inciso IX, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 73: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 605, de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado, que “altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências, para inserir o art. 48-A, a fim de determinar a inclusão, no edital do processo de escolha, de fase de apresentação de documento faltante”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 157/21 – GAG. Razões do veto total: matéria estabelece tratamento diferenciado entre os candidatos; afronta ao princípio da igualdade.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 74: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.706, de 2021, de autoria do Deputado Fábio Félix, que “institui sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 162/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 75: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.389, de 2020, de autoria do Deputado Leandro Grass, que “dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 163/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; aumento de despesa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 76: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 267, de 2015, de autoria do Poder Executivo e Deputado Cristiano Araújo, que "institui o Programa Primeira Infância - PPI, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 175/21 – GAG. Razões do veto total: criação de ação governamental sem estimativa de impacto orçamentário, em desconformidade com os arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 77: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.792, de 2021, de autoria dos Deputados Rafael Prudente e Cláudio Abrantes, que "altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 176/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; aumento de gastos sem indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 203, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 195, § 5º, da Constituição Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 78: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.371, de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "proíbe o uso de elevadores públicos ou privados por criança ou pessoa com deficiência intelectual ou mental sem autonomia plena para o exercício da vida civil, desacompanhada de pessoa maior de 18 anos com capacidade jurídica plena, no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 179/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; matéria de competência legislativa privativa da União.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 79: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 25, de 2019, de autoria do Deputado Iolando, que "dispõe sobre procedimentos para inspeções de pontes e viadutos no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 180/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 80: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.218, de 2020, de autoria do Deputado Iolando, que “proíbe hospitais públicos e privados de recusar o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação de doença causadora de epidemia, pandemia ou endemia, em caso de decretação de estado de emergência ou calamidade pública, no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 181/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; iniciativa legislativa privativa da União para editar normas gerais sobre Saúde (art. 24, XII, 198 e 200, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 81: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.903, de 2021, de autoria do Poder Executivo e Júlia Lucy, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte de turismo, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 192/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 2º e 4º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI. Indicação da Deputada Júlia Lucy.

ITEM 82: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.249, de 2020, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre o desconto tarifário de energia elétrica sobre o consumo decorrente da utilização de aparelhos para tratamento de oxigenoterapia domiciliar, no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 200/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 21, XII, b, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal) e afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 83: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.084, de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “altera a Lei nº 3.361, de 15 de junho de 2004, que institui reserva de vagas, nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas públicas do Distrito Federal, para atualizar o sistema de reserva de vagas no ensino público de nível técnico e superior, à luz da Lei federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 213/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 84: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 670, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "institui a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamentos de monitoração eletrônica por preso ou apenado no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 217/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 85: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.331, de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que "estabelece regras para as relações de consumo quando da oferta de cestas básicas por supermercados, hipermercados e demais estabelecimentos comerciais".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 225/21 – GAG. Razões do veto total: afronta ao princípio da livre iniciativa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 86: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.143, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "estabelece indicadores e metas progressivas para a administração pública no setor de energia sustentável".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 238/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º, II; ao art. 3º, I, "a" e "b", II, "b", III, "b", IV, "a" e "b"; e ao art. 5º: contrariedade ao interesse público; inviabilidade técnica e econômica.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 87: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.173, de 2020, de autoria do Deputado Iolando, que "regulamenta no Distrito Federal a Lei federal nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 288/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal); inconstitucionalidade de lei distrital ou estadual que disponha sobre condições do exercício ou criação de profissão.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 88: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 416, de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “concede gratuidade de ingresso aos cronistas esportivos ativos, nas áreas de imprensa, nos locais de realização de todo e qualquer evento esportivo no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 243/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º: afronta ao princípio da igualdade (art. 5º da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 89: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.286, de 2020, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “estabelece regras para as relações de consumo, para coibir oferta enganosa e prática abusiva, e as formas de afixação de preços de combustíveis pelos postos de abastecimento no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 261/21 – GAG. Razões do veto total: entende ser mais benéfico ao consumidor a divulgação das informações tratadas na forma estabelecida no Decreto Federal nº 102.634, de 22 de fevereiro de 2021.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 90: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.507, de 2020, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “dispõe sobre a instituição do fomento emergencial de amparo à agricultura familiar do Distrito Federal, para mitigar os impactos socioeconômicos relacionados à pandemia de Covid-19 e a outras situações adversas decorrentes do estado de calamidade pública, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 262/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; proposição não acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro (art. 113 do ADCT).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 91: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.752, de 2017, de autoria dos Deputados Chico Vigilante Lula da Silva e Ricardo Vale, que “altera a Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, que dispõe sobre a publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, da relação das compras, obras e serviços contratados pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica, Fundacional e das sociedades de economia mista de quaisquer Poderes do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 269/21 – GAG. Razões do veto total: proposição estabelece formalismo que compromete a eficácia e eficiência da alocação de recursos; Decisão Normativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 01/2012 já estabelece critérios de publicidade.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 92: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 353, de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que "altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 270/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 93: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.915, de 2021, de autoria do Deputado Delmasso, que "cria a política pública de participação das organizações da sociedade civil no apoio à manutenção de espaços públicos no Distrito Federal, denominada Nossa Quadra".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 278/21 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 3º e ao art. 7º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 94: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 880, de 2020, de autoria dos Deputados Delmasso e Rafael Prudente, que "institui as diretrizes para a Política Distrital de Fomento ao Artesanato Popular e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 287/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 5º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 95: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 660, de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado, que "institui diretrizes para a Política Distrital de Incentivo à Geração de Energia no âmbito das unidades do sistema penitenciário do Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 290/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 96: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”, o qual se converteu na Lei nº 6.934, de 05 de agosto de 2021”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 304/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso IV do art. 13 e § 2º do art. 88; §§ 2º e 3º do art. 14 e art.23; §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 21; art. 22; §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 29; §2º do art. 30; art. 54; arts. 55 e 56; art. 72; art. 75; § 1º do art. 88; itens do Anexo I; itens do Anexo IV; itens do Anexo XIII - Subfunção 243, 181,182 e 183; inadequação técnica e/ou contrariedade ao interesse público.

Sessão Ordinária de 13/10/21: apreciado veto parcial ao Anexo IV (itens: 2.8.1 – reposição de perdas inflacionárias da carreira de Defensor Público do Distrito Federal; 2.8.2 – equiparação a carreiras análogas; 2.8.3 – reajuste do teto limitar da Gratificação De Titulação – GTIT Para Defensor Público Para Analista de Apoio À Assistência Judiciária) – **rejeitado**.

Sessão Ordinária de 26/10/21: apreciado veto parcial ao art. 56 – **rejeitado**.

Sessão Ordinária de 09/11/21: apreciado veto parcial ao Anexo IV (subitens 2.11.1 e 2.11.2 do item 2.11 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDS) – Dep. Arlete Sampaio – **rejeitado**.

Sessão Extraordinária de 14/12/21: apreciação veto parcial ao Anexo IV (Item II - 2.2.2 – Restruturação da remuneração e da carreira técnico em enfermagem; 2.2.3 - Restruturação da remuneração e da carreira de enfermeiros; 2.2.6 - Restruturação da remuneração e da carreira especialista em saúde) – **rejeitado**.

Sessão Extraordinária de 09/03/22: apreciação veto parcial ao Anexo IV (Item II - 2.6.1 – Restruturação de carreira e provimentos da Unidade Procon. Alteração de Estrutura de Carreira e Aumento de Remuneração) – **rejeitado**.

Acordo de Líderes Reunião de 07/10/21.

Demais itens pendentes de apreciação. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 97: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.059, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 310/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art.5º: entendeu não ser recomendável que se imponha ao cidadão a participação em programa de capacitação para acessar o benefício.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 98: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.051, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a autorização para a implantação de tarifa de remuneração distinta da tarifa usuário para o Serviço de Transporte Público Complementar Rural – STPCR e para a Cooperativa Brasiliense de Transportes Autônomos, Escolares, Turismo e Especiais do Distrito Federal – Coobrataete, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 328/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 10, 11 e 12: dispositivos provenientes de emendas parlamentares que importam aumento de despesa ou renúncia de receita sem indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); necessidade de pertinência temática das emendas parlamentares em proposições de iniciativa do Poder Executivo (art. 71, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 99: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.597, de 2020, de autoria do Deputado Delmasso, que "institui no Distrito Federal o Estatuto da Juventude e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 350/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 10; 12; 19; ao parágrafo único do art. 21; 23; 28; 30; 37; 40 e 47: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 100: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 83, de 2021, de autoria da Mesa Diretora, que "recepiona, no Distrito Federal, o teor da Lei federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, dispondo sobre o percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 358/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 101: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.229, de 2020, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de escolas, creches, berçários, escolas maternas e similares das redes pública e privada de manterem, durante cada turno e em atividades externas, pelo menos 1 funcionário habilitado em curso de procedimentos de primeiros socorros, no Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 387/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; necessidade de estudos para implementação da proposta na Secretaria de Educação e ajustes quanto aos Termos de Colaboração nos serviços prestados via Organização da Sociedade Civil.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 102: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.276, de 2021 de autoria do Poder Executivo que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 39.791.190,00".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 413/21 – GAG. Razões do veto parcial ao anexo referente à emenda nº 09: dispositivo oriundo de emenda parlamentar; saldo insuficiente no programa de trabalho indicado para cancelamento e atendimento da despesa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 103: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.844, de 2021, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “dispõe sobre a dispensa da cobrança de juros e multas moratórias sobre o valor total do IPVA e do IPTU dos exercícios 2020 e 2021, pagos em atraso, no Distrito Federal, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus – Covid-19”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 415/21 – GAG. Razões do veto total: criação de benefício fiscal que importa em renúncia de receita sem estimativa de impacto orçamentário e indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 104: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.672, de 2021, de autoria do Deputado Roosevelt, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e permissionários de serviços de coleta de resíduos sólidos no Distrito Federal instalarem, nos veículos de coleta, cabines ou suporte adequado e seguro para transporte de trabalhadores e colaboradores e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 423/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 17, da Lei Orgânica do Distrito Federal); alteração de equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos em vigor; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 105: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 121, de 2019, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui, no Distrito Federal, a Política Pública Brasília Lixo Zero, Arquitetura Sustentável e Energia Renovável e dá outras providências”, o qual se converteu na Lei nº 6.982, de 29 de novembro de 2021”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 463/21 – GAG. Razões do veto parcial aos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, VII, VIII, X e XX: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; competência privativa do chefe do Poder Executivo para autorizar convênios e acordos com entidades públicas ou particulares (art. 100, XXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 106: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.649, de 2020, de autoria do Deputado Hermeto, que “cria o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 468/21 – GAG. Proferido Relatório na Sessão de 10/05/22. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 107: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 993, de 2020, de autoria dos Deputados Eduardo Pedrosa e Iolando, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para pessoas com deficiência”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 476/21 – GAG. Razões do veto total: renúncia de receita sem estimativa de impacto orçamentário e indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 113 do ADCT.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 108: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.211, de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “reconhece a atividade comercial de academias de esporte de todas as modalidades como serviços essenciais para a população do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 477/21 – GAG. Razões do veto total: competência administrativa própria do Poder Executivo (art. 100, XXV e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 109: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.277, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 492/21 – GAG. Razões do veto parcial aos artigos 2º e art. 4º: dispositivos oriundos de emendas parlamentares em desconformidade com a reserva de iniciativa do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 110: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.424, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 215.216.667,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 498/21 – GAG. Razões do veto parcial ao anexo referente as emendas nºs 16, 17, 27 e 32: saldo insuficiente nos respectivos programas indicados para cancelamento.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 111: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.419, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 526/21 – GAG. Razões do veto parcial à alínea “q” do inciso III do art. 1º e aos incisos VII e VII do art. 7º: dispositivos inseridos por emenda parlamentar que apresentam inexistências técnicas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 112: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.420, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 527/21 – GAG. Razões do veto parcial parágrafo único do art. 5º iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 113: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.421, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 523/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso II do art. 1º e ao parágrafo único, acompanhado de seus incisos, do art. 1º: necessidade de pertinência temática das emendas parlamentares em proposições de iniciativa do Poder Executivo (art. 71, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 114: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.347, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 79.251.385,00".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 546/21 – GAG. Razões do veto parcial aos anexos referentes as emendas nºs 4, 8, 11, 19, 21, 28, 30, 40, 44: dispositivos oriundos de emenda parlamentar; saldo insuficiente no programa de trabalho indicado para cancelamento e atendimento da despesa ou solicitação de cancelamento pelo autor da emenda.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 115: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.449, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 565/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso III do art. 1º: renúncia de receita sem estimativa de impacto orçamentário e indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao inciso I e §1º do art. 78 da LDO de 2021 do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 116: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 97, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o Convênio ICMS 190, de 20 de outubro de 2021, que revigora e altera o Convênio ICMS 155, de 10 de outubro de 2019, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a instituir programa de anistia de débitos fiscais relativos ao ICMS na forma que especifica; e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF 2021".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 569/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 11 e 12: incompatibilidade com os arts. 165 a 169 da Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional) e arts. 47 e 50 da Lei Complementar nº 4, de 1994 (Código Tributário do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 117: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.651, de 2020, de autoria do Deputado Hermeto, que "disciplina o uso de veículos aéreos não tripulados pelas unidades operacionais da Polícia Militar e pelos demais órgãos de segurança pública no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 16/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º: inviabilidade técnica e operacional alegada pelos órgãos competentes na execução da medida de aplicação do dispositivo nos cursos de formação dos policiais e militares.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 118: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 100, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 17/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 1º, no tocante ao inciso IX do § 2º do art. 2º da LC nº 925/2017, e ao art. 2º: dispositivo vetado exclui da regra de retorno ao Tesouro os recursos provenientes e destinados às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA; contrariedade ao interesse público, pois a medida excepcional pretendida no referido projeto é destinada exclusivamente aos recursos destinados à política habitacional; imprecisão técnica na redação do art. 2º do PLC vetado.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 119: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.224, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2022".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 20/22 – GAG. Razões do veto parcial às programações 28.846.0001.9099.0006 – Revisão Geral da Remuneração dos Servidores - Distrito Federal, no valor de R\$ 39.374.453,00; e 03.122.8211.6195.0008 – Concessão de Planos de Saúde aos Servidores - Distrito Federal, no valor de R\$ 5.000.000,00: programações inseridas pela emenda nº 580/2021 – CEOF; cancelamento de montante de locais considerados prioritários.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 120: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul – CLS, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 24/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º, inciso III, alínea "c" e § 3º; ao art. 7º, caput e §§ 1º, 2º e 3º; e ao art. 25, § 4º; contrariedade ao interesse público; ampliação de uso em desacordo com o projeto urbanístico.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 121: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 99, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais; e a Lei nº 5.190, de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 25/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso III do art. 1º; ao art. 2º em sua totalidade; e ao Anexo Único: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sessão Ordinária de 19/04/22: apreciado veto parcial ao art. 2º e Anexo único – Dep. Roosevelt – **rejeitado.**

Demais itens pendentes de apreciação.

Indicação do Deputado Roosevelt. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 122: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 58/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 1º, inciso II: dispositivo determina a competência da PGDF para exercer a assistência jurídica especializada às forças de segurança pública, na forma do art. 115 da Lei Orgânica do Distrito Federal; dispositivo está inserido em Seção da Lei Orgânica do Distrito Federal dedicada à Defensoria Pública; inviabilidade de Lei Complementar entregar a responsabilidade a órgão diverso.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 123: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.553, de 2022, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 174.151.567,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 120/22 – GAG. Razões do veto parcial aos anexos referentes as emendas nºs 68, 83, 173, 178, e 207: dotação com inconsistência técnica, solicitação de veto pelo autor e saldo insuficiente no programa de trabalho.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 124: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2022, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “acrescenta o dispositivo que menciona à Lei Complementar nº 980, de 30 de dezembro de 2020, que ‘institui a Política de Atendimento Integrado da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências’, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 122/22 – GAG. Razões do Veto Total: em consulta ao Anexo IV da LDO/2022, verifica-se que não consta a autorização para compensação ou indenização aos membros e servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal, pelos dias de serviço em finais de semana, feriados ou qualquer dia e horário em que não houver expediente, bem como pelo exercício de outras atividades finalísticas ou administrativas extraordinárias, nos termos de ato fixado pelo Defensor Público Geral, conforme prevê o inciso IV, acrescentado pelo art. 1º do referido projeto de lei.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 125: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.557, de 2022, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 71.148.965,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 126/22 – GAG. Razões do veto parcial anexo referente as emendas nºs 43, 45 e 46: impossibilidade de execução da despesa (art. 150, §5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 126: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2020, de autoria do Poder Executivo que “altera a Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que ‘aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências’, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 136/22 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos XXI e XXXVI, do seu art. 1º: adequação de técnica legislativa; contrariedade ao interesse público por permitir a ampliação do controle de vizinhança.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 127: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.589, de 2022, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 88.512.180,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 138/22 – GAG. Razões do veto parcial anexo referente as emendas nºs 6, 16, 17, 19, 53, 103: orientações técnicas que impossibilitam a execução da despesa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 128: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.880, de 2021, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “assegura ao consumidor do Distrito Federal o direito de solicitar a mudança de dados nas faturas de serviços essenciais de fornecimento de água e energia elétrica, nos casos que especifica”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 154/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º e ao inciso VII do art. 4º: contrariedade ao interesse do consumidor por prever prazo desfavorável; afronta ao princípio da segurança jurídica ao permitir que pessoa estranha à relação de consumo conste como devedora de serviços prestados.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 129: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.912, de 2021, de autoria do Deputado João Cardoso, que “altera a denominação dos cargos de Técnico de Gestão Educacional, Analista de Gestão Educacional, Monitor de Gestão Educacional e Agente de Gestão Educacional, bem como altera a Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, que dispõe sobre a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 161/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 9º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 130: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.703, de 2021, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 164/22 – GAG. Razões do veto total: competência material exclusiva da União para organizar, manter e executar inspeção do trabalho (art. 21, XXIV, da Constituição Federal); competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal); iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 131: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.064, de 2021, de autoria do Deputado Leandro Grass, que “institui a Política Distrital de Dados Abertos e Transparência Ativa”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 165/22 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 132: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.539, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 504.897.965,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 168/22 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 1º: destinava parte do crédito suplementar para dotação à qual não cabe ou tipo de investimento ou destinação.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 133: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.711, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 47.570.903,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 174/22 – GAG. Razões do veto parcial ao anexo referente as emendas nºs 34, 58, 66, 75, 94, 95, 96 e 97: dispositivos oriundos de vetos com inconsistências técnicas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 134: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.709, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 176/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso V do art. 5º, constante no inciso I do art. 1º: a forma de adesão dos empregados públicos está prevista em outro dispositivo, e ocorrerá mediante convênio ou contrato entre as respectivas entidades e o INAS.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 135: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.558, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “altera as Leis nº 6.468, de 27 de dezembro de 2019, que reformula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II, cria o Programa Desenvolve-DF, regulariza situações consolidadas oriundas de programas de desenvolvimento anteriores e dá outras providências; nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, que complementa dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, aprovado pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; nº 4.169, de 8 de julho de 2008, que altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; e nº 4.269, de 15 de dezembro de 2008, que dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos programas de desenvolvimento econômico PROIN-DF, PRODECON-DF, PADES-DF e PRÓ-DF e dá outras providências, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 179/22 – GAG. Razões do veto parcial ao § 2º art. 1º; inc. VIII do §1º do art. 5º; inc. III do §4º do art. 7º; incs. V, VII, VIII, XVII e XXIV do art. 8º; art. 12 e 14: contrariedade ao interesse público; dúvidas interpretativas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 136: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 809, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 181/22 – GAG. Razões do veto parcial ao §2º do art. 8º; aos §§1º e 2º do art. 9º; ao art. 11; e ao art. 16: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; manutenção dos conselhos fiscal e de administração; criação de estrutura administrativa de liquidante inviabiliza a edição de normas para promover PDV por parte da Codeplan.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 137: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.312, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 182/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso VII do art. 4º; ao art. 5º; e ao art. 6º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; destinação de percentuais na forma proposta tornariam a operação deficitária.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 138: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.397, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências; e a Lei nº 6.225, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários e a reinstituição dos benefícios que especifica, homologa o Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 183/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso III do art. 79-A acrescido pelo inciso II do art. 1º do PL nº 2.397/22: inadequação ao regime constitucional de pagamentos de precatórios (art. 100 da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 139: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.761, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 229/22 – GAG. Razões do veto parcial:

- X do art. 3º; XI e §§ 2º e 3º do art. 21; restringem a atuação do gestor público na alocação de recursos;
- §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 27 e §3º do art. 28; criação de obrigação a órgãos do Poder Executivo; afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Art. 29: existência de sistema próprio;
- Art. 34: determinação legal de uso do superávit financeiro para pagamento de dívida pública; impossibilidade de uso para Fundo Solidário Garantidor;
- II e III do art. 35 e art. 52: matérias extrapolam o conteúdo estabelecido pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Distrito Federal para a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Art. 54 e alínea e) do §6º do art. 57: conceitos amplos que inviabilizam o controle na abertura do crédito;
- §4º do art. 62; restringe a atuação do gestor público na alocação de recursos;
- VETOS A ITENS DO ANEXO I, VETOS A ITENS DO ANEXO IV, VETOS A ITENS DO ANEXO V, VETOS A ITENS DO ANEXO XI, VETOS A ITENS DO ANEXO XIII: inviabilidade de execução.

Sessão Ordinária de 09/08/22 - apreciados os vetos parciais aos itens do Anexo I e os Itens 2.15.1; 2.15.2; 2.16.1; 2.16.2; 2.17.1; 2.17.2 do Anexo IV – Dep. Agaciel Maia - **rejeitados**

Sessão Ordinária de 23/08/22: Anexo IV, itens 2.2.23; 2.3.12; 2.3.13; 2.7.6; 2.7.7; 2.7.8; 2.10.4; 2.10.5; 2.26.4; 2.27.3 (Dep. Fábio Felix) e Anexo XI itens 5.1; 5.2; 5.3 e 5.4 – Dep. Delmasso – **rejeitados**

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 140: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências, com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017, e altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 226/22 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos I, VII e VIII do art. 1º; e ao § 9º acrescido pelo inciso X do art. 1º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; vedação de aumento de despesa nos 180 dias anteriores ao encerramento de mandato eletivo; criação de novos requisitos para investidura em cargos de direção que podem dificultar nomeação de gestores.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 141: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.749, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o programa de acesso à justiça e fomento ao advogado iniciante”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 202/22 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único, do art. 2º; ao inciso I, do art. 3º; e ao § 2º, do art. 8º: contrariedade às atribuições da Secretaria de Justiça e aos parâmetros fixados em outros normativos.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 142: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 98.426.441,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e um reais)”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 218/22 – GAG. Razões do veto parcial aos Anexos referentes às emendas nºs 28, 86, 115, 125, 164 e 177:

- 28 (Dep. Julia Lucy); 177 (Dep. Eduardo Pedrosa): inconsistência técnica;

- 86 (Dep. Jaqueline Silva (MDB)); 115 (Dep. Reginaldo Sardinha); 125 (Dep. Arlete Sampaio); 164 (Dep. José Gomes): saldo insuficiente no programa de trabalho indicado para cancelamento; impossibilidade de execução integral/parcial do programa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 143: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2022, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a Lei Complementar nº 937, de 22 de dezembro de 2017, que altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 227/22 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 3º e 4º: redução de alíquota do ISS; benefício fiscal sem estudo de impacto econômico ou financeiro (art. 113, do ADCT).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 144: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.383, de 2021, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “altera a Lei nº 2.402, de 15 de junho de 1999, que institui o Programa Bolsa Atleta, unificando os valores da bolsa destinada aos atletas e paratletas beneficiários do Programa Bolsa Atleta, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 228/22 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 145: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.903, de 2022, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 20.910.705,00”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 252/22 – GAG. Razões do veto parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 19 e 46 :. matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 146: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.952, de 2022, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "regulamenta, no Distrito Federal, a aplicabilidade da Lei federal nº 14.282, de 28 de dezembro de 2021, que regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 264/22 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 147: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.986, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 54.044.553,00".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 288/22 – GAG. Razões do veto parcial aos Anexos referente as **emendas nºs: 6, 57, 74, 75, 78, 82, 83, 91, 92, 93, 96, 98, 108, 109, 110, 112 e 114;** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 148: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.193, de 2021, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a disponibilização de informações relativas ao Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 320/22 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 149: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.944, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 306/22 – GAG. Razões do Veto Parcial a parte do Anexo IV referente ao **item 2.2.33;** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 150: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.945, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 307/22 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Anexo IV referente ao item 2.2.31 e 2.2.32; matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 151: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.015, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, para prorrogar excepcionalmente mandatos de diretores, vice-diretores e conselheiros escolares e dar outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 316/22 – GAG. Razões do Veto Parcial ao § 2º do art. 64-G, acrescentado pelo inciso V do art. 1º do PL nº 3.015/2022; matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 152: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.713, de 2022, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui a polícia pública distrital destinada ao resgate de jovens vítimas de violência sexual, denominada Vira Vida”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 319/22 – GAG. Razões do Veto Parcial ao art. 6º; matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 153: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.279, de 2021, de autoria da Deputada Jaqueline Silva (MDB), que “dispõe sobre a exibição de informações sobre pontos turísticos de Brasília nas telas de cinema no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 321/22 – GAG. Razões do veto total; matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 154: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.992, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2023”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 322/22 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Anexo referente ao item 13.392.6219.2815.0002 - Apoio ao Carnaval de Brasília - Desfile das Escolas de Samba - Distrito Federal”, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 155: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.228, de 2021, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “institui o Selo Fiscal de Controle e Procedência e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência da água mineral natural, potável de mesa ou adicionada de sais em circulação e comercialização no Distrito Federal, ainda que proveniente de outra unidade da Federação, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 02/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 156: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.822, de 2022, de autoria do Deputado Hermeto, que “dispõe sobre a política de fomento às Escolas Parques da Natureza”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 06/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 157: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.049, de 2022, de autoria do Poder Executivo que “acrescenta as especialidades de Educador Físico, Direito e Legislação, Químico e Médico Veterinário ao Anexo IV da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 07/23 – GAG. Razões do Veto Parcial aos §§1º e 2º do art. 1º; matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 158: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.457, de 2021, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 12/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 159: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.041, de 2022, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a extensão da indenização de transporte aos servidores que especifica e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 18/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 160: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.058, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.530.973,00”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 20/23 – GAG. Razões do Veto Parcial aos Anexos referente as emendas nºs 04 e 06: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 161: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 150, de 2019, de autoria dos Deputados Eduardo Pedrosa e Robério Negreiros, que “assegura o direito de liberação de entrada de animais de estimação em hospitais públicos para visitas a pacientes internados e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 22/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 162: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.497, de 2020, de autoria do Deputado Iolando, que “dispõe sobre a criação do Cadastro Distrital de Inclusão da Pessoa com Deficiência e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (MDB) - CCJ

MENSAGEM Nº 27/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 163: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.767, de 2021, de autoria do Deputado Reginaldo Veras, que “assegura ao usuário de serviço público, no Distrito Federal, o direito ao atendimento virtual adequado de suas demandas”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 28/23 – GAG. Razões do Veto Parcial aos arts. 4º, 5º e 9º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 164: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.075, de 2022, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “altera a Lei nº 7.098, de 02 de abril de 2022 que cria a Gratificação de Atividades de Vigilância Ambiental em Saúde – Gavas, para os Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 33/22 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 165: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.784, de 2022, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre as diretrizes das ações de segurança pública no âmbito do Sistema de Saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 35/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 166: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.048, de 2022, de autoria da Mesa Diretora, que "institui a Gratificação de Atividade de Risco para as carreiras que especifica e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 45/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 167: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.055, de 2022, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a Reestruturação e Desmembramento da Carreira de Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária em saúde, altera a Lei nº 5.237, de 16 dezembro 2013 e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 46/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 168: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 213, de 2023, de autoria do Deputado João Cardoso, que "altera dispositivo da Lei nº 6.662, de 21 de agosto de 2020, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados e vigentes no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 67/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 169: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 198, de 2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que "dispõe sobre a proteção contra a discriminação no trabalho para mães solo, nos órgãos e nas entidades da administração pública direta e indireta do Distrito Federal".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 77/23 – GAG. Razões do Veto Parcial aos arts. 3º, 4º e 5º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 170: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 141, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a extensão de usos e atividades para os lotes do Setor Comercial Sul – SCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 91/23 – GAG. Razões do veto parcial ao **Anexo único (Anexo a Mensagem)**: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 171: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 240, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.171, de 1º de agosto de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 86/23 – GAG. Razões do "Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 2 e 3": matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 172: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.020, de 2021, de autoria do Deputado Iolando, que "institui o Programa de Exame de Mamografia Móvel – MAMÓVEL".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 102/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 173: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 161, de 2023, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz e da Deputada Doutora Jane, que "altera a Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021, que institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências", com o objetivo de instituir o programa S.O.S Mulher".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 101/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 174: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.062, de 2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 100/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 175: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 196, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 470.219.230,00”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 104/23 – GAG. Razões do veto parcial ao Anexo referente as emendas nºs 84, 153, 160, 168, 175, 201, 231, 236, 267, 278, 292, 293, 294, 295, 300, 305, 327, 334 : matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 176: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 371, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 104/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Texto: incisos XXXVII, XXXVIII e XXXIX do art. 6º, §4º do art. 19, §2º do art. 21 e §4º do art. 86, alínea i) do art. 23, §§2º e 3º do art. 27, Art. 38, §2º do art. 33 e art. 54, alíneas e), f), g) e h), do inciso I, § 6º do art. 56 e art. 70, incisos XIII, XIV e XV do art. 71, §1º e §3º do art. 86, VETOS A ITENS DO ANEXO IV, VI, XI, XII; matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal). **Proferido Relatório sobre o Veto Parcial. Rejeitado os Vetos ao §1º do art. 32 e Art. 98 na Sessão Ordinária de 22/08.**

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 177: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2023, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências”, para acrescentar dispositivos sobre a aposentadoria por cuidados maternos”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 111/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 178: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 225, de 2023, de autoria da Deputada Doutora Jane, que "cria o comitê de proteção à mulher e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 117/23 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 4º e art. 12: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 179: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 273, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.171, de 1º de agosto de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 121/23 – GAG. Razões do Veto às Emendas Aditivas constantes do Anexo IV do Projeto (quadro em Anexo a Mensagem): matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 180: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.069, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 153/23 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 7º e 8º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal). **Proferido Relatório do Veto Parcial e Rejeitado Veto Parcial ao Art. 8º na Sessão Extraordinária de 10/10/23**

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 181: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 323, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 68.025.982,00".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 164/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 13, 60, 103, 109, 131, 145, 151, 174, 176, e 187: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 182: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.173, de 2021, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de socorro aos animais atropelados no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 167/23 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 6º e 7º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 183: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 56, de 2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “institui os princípios, as diretrizes e os objetivos para a Política Distrital da Mulher no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 173/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao aos incisos XII e XVII do art. 3º, e ao inciso II do art. 4º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 184: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 58, de 2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “institui o Código de Defesa do Empreendedor, estabelece normas para expedição de atos públicos de liberação da atividade econômica e dispõe sobre a realização de análise de impacto regulatório”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 177/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao artigo 4º, inclusive seus incisos I e II, e ao artigo 7º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 185: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 416, de 2023, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem cuida, no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 205/23 – GAG. Razões do Veto Parcial aos incisos V e VII do art 4º; aos incisos II e VIII do art 5º e ao art 8º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 186: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 373, de 2023, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que "institui a Política Distrital de Valorização das Disciplinas Elementares".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 208/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 187: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 131, de 2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que "institui medidas administrativas destinadas a evitar o feminicídio".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 216/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 188: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.036, de 2021, de autoria do Deputado João Cardoso, que "institui a Política Distrital de Atenção Integral à Pessoa com Síndrome Ehlers-Danlos (SED) ou com Transtornos do Espectro de Hiper mobilidade (TEH)".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 217/23 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 189: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 466, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.171, de 1 de agosto de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 229/23 – GAG. Razões do veto parcial ao Anexo IV: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 190: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 535, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 197. 535. 420,00".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 234/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 103, 114, 179, 216, 246, 312, 313, 314 e 316. Proferido Relatório do Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 285, 286, 287, 289, 295, 298, 299, 300, 301, 311 e 114. Rejeitado o Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 114 e 311 na Sessão Extraordinária de 10/10/23. Rejeitado o Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 285, 286, 287, 289, 295, 298, 299, 300, 301 na Sessão Extraordinária de 16/10/23: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 191: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 422, de 2023, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "altera a Lei nº 5.286/13, que dispõe sobre a criação da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 241/23 – GAG. Razões do Veto Parcial a alteração con;da no inciso IX do art. 3º, disposto no inciso II do art. 1º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 192: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o Convênio ICMS nº 116, de 4 de agosto de 2023, que autoriza o Distrito Federal a instituir programa de remissão parcial de débitos fiscais e de anistia parcial de suas multas e juros relativos ao ICMS na forma que especifica; e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF 2023".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 257/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao art. 2º, § 3º, incisos X e XI; ao art. 3º, § 1º; ao art. 4º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c"; ao art. 4º, § 3º; ao art. 5º, § 8º; ao art. 7º, § 5º, incisos I e II; ao art. 9º; ao art. 10; ao art. 11; ao art. 12; ao art. 13, parágrafo único; ao art. 19; ao art. 22, incisos I, II e III; ao art. 23; ao art. 24; e ao art. 25: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 193: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 451, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a cooperação, implementação e execução de ações entre a Administração Pública distrital e os serviços sociais autônomos na forma que especifica, o qual se converteu na Lei nº 7.330, de 31 de outubro de 2023”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 266/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao §5º do art. 5º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 194: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 288/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao §2º do art. 12: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 195: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 455, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 290/23 – GAG. Razões do Veto Parcial Anexo referente as emendas nºs 24, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 70, 93, 94, e 96: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 196: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 636, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 9.580.300,00”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº /23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Anexo referente a emendas nºs 21 : matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 197: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 701, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 10.607.156,00”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 303/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Anexo referente a emenda nºs 6: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 198: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.026, de 2022, de autoria do Deputado João Cardoso, que "institui a atividade econômica denominada self storage, para fins de regularização do funcionamento, no Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 49/24 – GAG. Razões do **Veto Parcial** parágrafo único do art. 5º e ao art. 6º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 199: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 452, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que 'dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal'; e a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que 'dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI e da Taxa de Limpeza Pública - TLP".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 339/23 – GAG. Razões do **Veto Parcial artigo 1º, inciso XXIII, e ao artigo 2º:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 200: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 128, de 2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que "dispõe sobre a regulamentação de geladeiras solidárias de uso comunitário e compartilhado no Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 42/24 – GAG. Razões do **Veto Total:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 201: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 801, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "dispõe sobre a garantia de acesso e permanência de ambos os pais ou responsável acompanhando pacientes menores de idade no decorrer de consultas nas unidades de saúde das redes pública e privada do Distrito Federal".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 41/24 – GAG. Razões do **Veto Parcial ao parágrafo único do art. 1º:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 202: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 502, de 2023, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que "altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que "dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 343/23 – GAG. Razões do Veto Parcial a alteração contida no inciso XIV do art. 4º e no inciso XIII do art. 9º, dispostos no inciso I do art. 1º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 203: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 749, de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado, que "institui o Programa Voucher Melhor Idade – PVMI, destinado ao atendimento da pessoa idosa, e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 45/24 – GAG. Razões do Veto Total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 204: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.712, de 2021, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "dispõe sobre a exibição de informações relativas ao prazo de validade dos produtos oferecidos aos consumidores no Distrito Federal".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 25/24 – GAG. Razões do Veto Parcial ao caput e ao parágrafo único do artigo 2º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 205: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 279, de 2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "disciplina a prática e a fiscalização da pesca no Lago Paranoá".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 26/24 – GAG. Razões do Veto Parcial aos arts. 14 e 18: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 206: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.719, de 2021, de autoria do Deputado Iolando, que "dispõe sobre o uso de dispositivo de áudio junto a equipamento de leitura óptica de código de barras em comércios".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 20/24 – GAG. Razões do **Veto Parcial ao art. 2º:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 207: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 522, de 2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "altera a Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que 'dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências', e a Lei nº 6.518, de 12 de março de 2020, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos no Distrito Federal por processos biológicos'".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 24/24 – GAG. Razões do **Veto Parcial ao incisos I, II e III, do artigo 1º:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 208: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.963, de 2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui a Campanha de Conscientização sobre a Cinomose Canina no Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 6/24 – GAG. Razões do **Veto Parcial ao art. 4º, caput e parágrafo único:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 209: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.063, de 2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia, a ser comemorada na primeira semana do mês de abril".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 12/24 – GAG. Razões do **Veto Parcial ao parágrafo único do art. 2º:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 210: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.934, de 2021, de autoria do Deputado Fábio Felix, que "cria o Selo Desperdício Zero com o objetivo de atestar o compromisso de entes públicos e privados com a redução do desperdício de alimentos no Distrito Federal".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 11/24 – GAG. Razões do Veto Parcial ao art. 6º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 211: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 613, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2024".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 340/23 – GAG. Razões do Veto Parcial ao Anexos referentes as emendas de autoria da Mesa Diretora da Câmara Legislativa nºs 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 74, 219, 223, 300, 354, 581, parágrafos § 2º e § 3º ao art. 5º : matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 212: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 612, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024-2027".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 341/23 – GAG. Razões do Veto Parcial a dispositivos do Anexos I, II, III e IV do PPA, Anexo IV – Metas e Prioridades da LDO 2024: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 213: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 724, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão, anistia e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP relativos aos imóveis pertencentes ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal – FGP-DF, intuído pela Lei nº 5.004, de 21 de dezembro de 2012".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 342/23 – GAG. Razões do Veto Parcial aos artigos 1º e 2º: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 214: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 663, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 176.434.423,00".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 323/23 – GAG. Razões do **Veto Parcial as emendas 8 e 18:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 215: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 841, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que 'dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências'", o qual se converteu na Lei nº 7.363, de 26 de dezembro de 2023".

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 333/23 – GAG. Razões do **Veto Parcial ao Anexo referente veto às Emendas Aditivas nº 1 e nº 2:** matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

PROJETOS DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (ACORDO DE LÍDERES 06/02, 19/02, 26/02, 18/03)

ITEM 216: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 698, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.547, de 06 de outubro de 2015, que dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares".

Relator: Deputado Daniel Donizet - CDESCMAT
Deputado Eduardo Pedrosa - CEOF
Deputado Thiago Manzoni - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Aprovados pareceres favoráveis na forma das emendas nº 1 e 2. A CDESCMAT deverá se manifestar sobre a Subemenda Nº 02. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 217: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a autenticação de cópias de documentos por advogados, em processos administrativos, no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, do Distrito Federal".

Relator: Deputado Pastor Daniel de Castro (PP) - CAS
Deputado Eduardo Pedrosa (UNIÃO) - CEOF
Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 218: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011".

Relator:	Deputado Pastor Daniel de Castro	- CAS
	Deputado Jorge Vianna	- CEOF
	Deputado Thiago Manzoni (PL)	- CCJ

Aprovado parecer favorável da CCJ. Apresentada 01 emenda. A CAS e CEOF deverão se manifestar sobre o Projeto e a emenda. A CCJ deverá se manifestar sobre a emenda. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 219: Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 7, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "dá nova redação ao art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal"

Relator:	Deputado Thiago Manzoni (PL)	- CCJ
	Deputado Pastor Daniel de Castro	- CPELO

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 220: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 983, de 2024, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que 'dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências'".

Relator:	Deputada	- CEOF
----------	----------	--------

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o Projeto Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 221: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 285, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "atualiza a legislação distrital que trata do sistema penitenciário e das políticas de segurança pública, em virtude da criação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal".

Relator:	Deputado Doutora Jane (MDB) e Roosevelt (PL)	- CS
	Deputado Fábio Felix (PSOL)	- CDDHCEDP
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

Aprovado parecer favorável da CS e CDDHCEDP na forma das 03 emendas. Proferido parecer contrário a emenda nº 03 da CS. A CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto e as emendas. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

PROJETOS DE AUTORIA DE DEPUTADOS OU DA MESA DIRETORA **(ACORDO DE LÍDERES 06/02, 19/02, 26/02)**

ITEM 222: Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 5, de 2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte e outros, que “dá nova redação aos §§ 15 e 16 e acrescenta o § 16-A ao art. 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Thiago Manzoni (PL) - CCJ
Deputado Roosevelt (PL) - CPELO

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 223: Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 49 de 2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Rodrigo Cavalcanti Magalhães - Tico Magalhães, Capitão do Grupo Seu Estrela e o Fuá do Terreiro”.

Relator: Deputada Dayse Amarílio - CAS
Deputado Fábio Felix - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA . Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 224: Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 81 de 2024, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski”.

Relator: Deputada João Cardoso (AVANTE) - CAS
Deputado - CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CAS e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

PROJETOS DE AUTORIA DAS SENHORAS DEPUTADAS E DOS SENHORES DEPUTADOS EM HOMENAGEM À SEMANA DA MULHER (ACORDO DE LÍDERES 04/03)

ITEM 225: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 948, de 2024, de autoria do Deputado Hermeto, que "dispõe sobre a obrigação do companheiro agressor de ressarcir a vítima de violência doméstica no Distrito Federal".

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CS
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CS e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 226: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 968, de 2024, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que "dispõe sobre a reserva de vaga em creche e pré-escola para mães trabalhadoras e dá outras providências".

Relator:	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 227: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42, de 2023, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz, que "estabelece diretrizes para a instituição do programa Cartão-Reforma no Distrito Federal, altera a Lei nº 3.877/2016, que 'dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal', e dá outras providências".

Relator:	Deputado	- CAF
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CAF, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 228: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169, de 2023, de autoria do Deputado Roosevelt, que “dispõe sobre a criação do Conselho Distrital de Defesa da Mulher e dá outras providências”.

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. Apresentada 01 emenda. A CDDHCEDP, CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto e a emenda. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 229: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 678, de 2023, de autoria do Deputado João Cardoso que “Institui as diretrizes para a implantação do Programa de Pré-Natal Psicológico no âmbito da rede pública de saúde do Distrito Federal”.

Relator:	Deputado	- CESC
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CESC, CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 230: Discussão e votação, em turno único, dos **Requerimentos:**

RQ nº 1.213/24, de autoria da Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA) que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 04 de abril de 2024 em Comissão Geral, para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências”;

RQ nº 1.214/24, de autoria da Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA) que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 09 de maio de 2024 em Comissão Geral para debater sobre o Rio Melchior, com o tema Adensamento versus Preservação”;

RQ nº 1.215/24, de autoria do Deputado Chico Vigilante (PT) que “Requer a realização de Audiência Pública para debater o Fortalecimento da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Distrito Federal, em 24 de abril de 2024, às 10h”;

RQ nº 1.248/24, de autoria do Deputado Chico Vigilante (PT) que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 11 de abril de 2024 em Comissão Geral, para debater sobre a situação do Transporte Público do Distrito Federal”;

ITEM 231: Discussão e votação, em turno único, das **Moções:**

MO nº 668/24, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro (PP) e Wellington Luiz (MDB), que “manifesta votos de Louvor e homenageia as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados a Câmara Legislativa do Distrito Federal”;

MO nº 669/24, de autoria do Deputado Gabriel Magno (PT), que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica, por ocasião do aniversário do SINPRO/DF”;

MO nº 670/24, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz , que “Reconhece e apresenta votos de louvor aos artesãos por reconhecimento do valor cultural, social e econômico que agregam à nossa sociedade, através da sua habilidade única de transformar matéria-prima em obras de arte que expressam a identidade e a diversidade cultural de nossa nação”;

MO nº 671/24, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro (PP), que “Manifesta votos de Louvor e homenageia as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados a Câmara Legislativa do Distrito Federal”;

ITEM 232: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 302/23, de autoria do Deputado Gabriel Magno (PT),** que “manifesta votos de louvor a Aira Karina Pereira, diretora do Centro de Ensino Fundamental - CEF 08 de Sobradinho, com vistas a homenagear toda comunidade escolar por seus projetos pedagógicos”.

ITEM 233: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 350/23, de autoria do Deputado Chico Vigilante (PT),** que “manifesta repúdio e declara como "personae non gratae" os Deputados Federais que votaram contra a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal do Arcabouço Fiscal aprovado na Câmara dos Deputados em 22/08/2023”.

ITEM 234: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 408/23, de autoria do Deputado Thiago Manzoni (PL),** que “requer moção de repúdio ao material impróprio distribuído a alunos do Jardim de Infância 302 Norte”.

ITEM 235: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 424/23, de autoria do Deputado Iolando (MDB),** que “reconhece e manifesta apoio à iniciativa do Senador Rogério Marinho pela tramitação no Senado Federal da proposta de plebiscito nacional sobre aborto”.

ITEM 236: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 440/23, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto (PL),** que “moção de repúdio ao ato de apoio ao grupo Hamas, gravado em Brasília, no dia 10 de outubro de 2023”.

ITEM 237: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 436/23, de autoria do Deputado Roosevelt (PL),** que “manifesta Moção de Repúdio aos atos de terrorismo promovidos pelo grupo Hamas, lamentando as várias vidas humanas ceifadas de maneira tão violenta e nos solidarizar com as famílias e amigos das vítimas desses atos tão cruéis”.

ITEM 238: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 476/23, de autoria do Deputado Roosevelt (PL)**, que "manifesta Moção de Repúdio à abordagem com viés ideológico em questão do ENEM de 2023 que trata do agronegócio no Cerrado".

ITEM 239: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 588/24, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro (PP)**, que "manifesta Moção de Repúdio a Senhora Elenira Vilela, em razão de declarações públicas, durante uma live nas redes sociais, onde disse ser necessário "destruir politicamente" ou "quicá de outras formas" Michelle Bolsonaro".

ITEM 240: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 599/24, de autoria do Deputado Thiago Manzoni (PL)**, que "requer moção de repúdio à doutrinação nas escolas promovida no âmbito da Conferência Nacional de Educação - CONAE, realizada de 28 a 30 de janeiro de 2024".

ITEM 241: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 636/24, de autoria do Deputado Thiago Manzoni (PL)** que "requer moção de repúdio ao discurso do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, proferido em 18 de fevereiro de 2024, no qual comparou a resposta de Israel ao grupo terrorista Hamas, na Faixa de Gaza, ao genocídio de judeus perpetrado por Hitler durante o holocausto".

ITEM 242: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 637/24, de autoria da Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA)** que "requer nos termos do art. 144, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a aprovação de Moção de Repúdio às declarações do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelas comparações inapropriadas do atual conflito na Faixa de Gaza com o morticínio ocorrido no nazismo".

ITEM 243: Discussão e votação, em turno único, da **MO nº 638/24, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro (PP)** que "manifesta Moção de repúdio referente à fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao comparar exército israelense em Gaza à ação de Hitler contra judeus".

ITEM 244: Discussão e votação, em turno único, do **Recurso nº 24, de 2020**, de autoria do **Deputado Robério Negreiros**, "contra parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inadmissibilidade do Projeto de Lei nº 566, de 2019, que 'Dispõe sobre o tempo de atendimento nos caixas de supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 245: Discussão e votação, em turno único, do **Recurso nº 2, de 2023**, de autoria da **Deputada Paula Belmonte**, "contra a decisão publicada no DCL nº 48, de 01/03/2023 que declarou prejudicado o Requerimento nº 38/2023, que "requer o registro da Frente Parlamentar da Agricultura".

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 246: Discussão e votação, em turno único, do **Recurso nº 3, de 2023**, de autoria do **Deputado Thiago Manzoni**, "contra a decisão publicada no DCL nº 52, de 06/03/2023 que indeferiu o Requerimento nº 216/2023, de autoria dos Deputados Thiago Manzoni e Iolando, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 101, de 2023, com o Projeto de Lei nº 46, em virtude da prejudicialidade do Projeto de Lei nº 101/2023 em face do Projeto de Lei de nº 46/2023, nos termos do art. 175, inciso VIII, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 247: Discussão e votação, em turno único, do **Recurso nº 4, de 2023**, de autoria do **Deputado Pastor Daniel de Castro**, "contra a decisão publicada no DCL nº 52, da PORTARIA-GMD Nº 87, DE 06 DE MARÇO DE 2023, que indeferiu o Requerimento nº 196/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "requer o apensamento do Projeto de Decreto Legislativo 1/2023 e Projeto de Decreto Legislativo 2/2023", em virtude da prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2023 em face do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2023 por força do inciso VIII do art. 175 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

VETOS LIDOS E PRAZOS

	DEPUTADO	PROPOSIÇÃO	EMENTA	PRAZO	SITUAÇÃO
1	Chico Vigilante	PL 1.921/2018	Dispõe sobre o piso salarial do enfermeiro na rede privada de saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 184/2018.	12/9/2018 (quarta-feira)	PAUTA
2	José Gomes	PL 27/2019	Institui o Programa Qualifitec de qualificação profissional. MENSAGEM Nº 140/2019.	12/9/2019 (quinta-feira)	PAUTA
3	Jorge Vianna	PL 102/2019	Assegura, para as pessoas com deficiência, a reserva de, no mínimo, 10% dos cargos em comissão e das funções de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 195/2019.	19/9/2019 (quinta-feira)	PAUTA
4	Jorge Vianna	PL 90/2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de brigada profissional, composta exclusivamente por bombeiros civis, pelas unidades e estabelecimentos das redes pública e privada de saúde do Distrito Federal com frequência diária superior a 500 pessoas. MENSAGEM Nº 260/2019.	20/11/2019 (quarta-feira)	PAUTA
5	Poder Executivo	PLC 18/2019	Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. MENSAGEM Nº 306/2019. (veto ao dispositivo § 5º, do art. 61, da Lei Complementar nº 840/2011, incluído pela emenda nº 1, transcrita no inciso II, do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 18/2019)	25/2/2020 (terça-feira)	PAUTA
6	Robério Negreiros	PL 2.125/2019	Inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, as Olimpíadas de Ceilândia. MENSAGEM Nº 7/2020	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
7	Luzia de Paula	PL 394/2015	Institui e inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia Distrital dos Serviços de Lions Clube no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 13/2020.	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
8	Reginaldo Sardinha	PL 455/2019	Inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, a Festa Junina do Nipo, a realizar-se na primeira quinzena de junho. MENSAGEM Nº 395/2019.	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
9	Rafael Prudente	PL 932/2016	Institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências. MENSAGEM Nº 28/2020. (veto ao inciso VI do art. 2º e art. 4º da Lei nº 6487/2020)	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
10	João Cardoso	PL 411/2019	Dispõe sobre a realização de cursos de reanimação cardiopulmonar ou reanimação cardiopulmonar e de manobra de Heimlich para os empregados de restaurantes, hotéis, motéis, boates, bares, lanchonetes e similares no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 42/2020	30/3/2020 (segunda-feira)	PAUTA
11	Rafael Prudente	PL 547/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de energia elétrica darem publicidade às normas do Sistema de Compensação Energética Nacional que incentivam o uso de fontes de energia solar e eólica em ambientes residenciais no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 50/2020	30/3/2020 (segunda-feira)	PAUTA
12	José Gomes	PL 547/2019 SEI: 7134/2020-85	Dispõe sobre normas específicas de proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos distritais e de participação dos usuários na fiscalização da eficácia desses serviços e regulamenta o art. 30 da Lei Orgânica do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 100/2020. (veto ao art. 3º, § 5º do art. 11, § 2º do art. 12 e incisos II e IV do art. 21 da Lei nº 6519/2020)	04/6/2020 (quinta-feira)	PAUTA
13	Daniel Donizet	PL 1.041/2020 SEI: 11758/2020-05	Dispõe sobre o Programa de Renda Temporária para os trabalhadores afetados pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências. MENSAGEM Nº 165/2020	10/6/2020 (quarta-feira)	PAUTA
14	José Gomes	PL 955/2020 SEI: 2877/2020-69	Institui mecanismos de prevenção ao suicídio e de repressão administrativa ao comércio ilegal de organofosforados e carbamatos conhecidos como 'chumbinho', altera o art. 27 da Lei nº 414, de 15 de janeiro de 1993, que 'Dispõe sobre produção, armazenamento, comercialização, transporte, consumo, uso, controle, inspeção, fiscalização e destino final de agrotóxicos, seus componentes e afins no Distrito Federal e dá outras providências'. MENSAGEM Nº 199/2020	1º/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
15	Poder Executivo	PL 1.126/2020 SEI: 13850/2020-00	Institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus – Covid-19. MENSAGEM Nº 203/2020. (veto ao art. 5º, § 3º do art. 7º e §§ 3º e 5º do art. 11 da Lei nº 6573/2020)	1º/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
16	Rafael Prudente e Daniel Donizet	PL 1.079/2020 SEI: 12577/2020-98	Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 216/2020	8/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
17	Martins Machado	PL 1.063/2020 SEI: 12085/2020-01	Dispõe sobre a suspensão das cobranças das tarifas de consumo por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica, água potável e esgotamento sanitário, enquanto perdurar o estado de calamidade decretado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo federal nº 6 de 2020, na forma que especifica. MENSAGEM Nº 220/2020	8/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
18	Eduardo Pedrosa	PLC 37/2020 SEI: 12998/2020-19	Dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 236/2020	8/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
19	Poder Executivo	PL 1.193/2020 SEI: 17355/2020-61	Altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 237/2020. (veto ao art. 2º da Lei nº 6596/2020)	9/7/2020 (quinta-feira)	PAUTA
20	Fábio Felix	PL 1.145/2020 SEI: 13953/2020-61	Dispõe sobre medidas urgentes a fim de assegurar os direitos da população em situação de rua durante situação de emergência ou estado de calamidade pública e dá outras providências. MENSAGEM Nº 255/2020. (veto aos arts. 2º e 3º da Lei nº 6616/2020)	22/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA

21	Poder Executivo	PL 1.259/2020 SEI: 20248/2020-11	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. MENSAGEM Nº 274/2020. (veto aos §§ 1º e 4º do art. 1º e arts. 2º e 3º da Lei nº 6621/2020)	28/7/2020 (terça-feira)	PAUTA
22	Chico Vigilante	PL 2.050/2018 SEI: 17789/2020-61	Dispõe sobre a inclusão de insumos produzidos pelos produtores rurais e agricultores do Distrito Federal nos cardápios das entidades públicas e dá outras providências. MENSAGEM Nº 280/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
23	Poder Executivo	PL 1.236/2020 SEI: 18924/2020-96	Institui o Programa Emergencial de Crédito Empresarial do Distrito Federal – PROCRED-DF em enfrentamento aos efeitos econômicos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19 e cria o seu Fundo Garantidor – FG/PROCRED-DF. MENSAGEM Nº 286/2020. (veto ao § 5º do art. 1º, § 8º do art. 3º e §§ 1º, 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 6629/2020)	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
24	Cláudio Abrantes	PL 559/2019 SEI: 6543/2020-64	Altera a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013, que estabelece normas para o transporte de pais ou responsáveis por aluno matriculado na rede pública de ensino que residam nas áreas rurais, nos dias que especifica, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 297/2020. (veto ao inciso II do art. 1º da Lei nº 6634/2020)	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
25	Fábio Felix	PL 561/2019 SEI: 20131/2020-37	Estabelece diretrizes para a instituição do Programa de Redução de Danos no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 308/2020. (veto ao art. 6º da Lei nº 6643/2020)	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
26	Martins Machado	PL 1.244/2020 SEI: 18806/2020-88	Dispõe sobre a criação de medida excepcional para proteção social dos atletas, paratletas, técnicos, guias, chamadores e calheiros em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19. MENSAGEM Nº 313/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
27	Jaqueline Silva (MDB)	PL 1.212/2020 SEI: 16908/2020-69	Dispõe sobre a prorrogação excepcional da validade de documentos e a suspensão das vistorias dos permissionários de transportes escolares do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 312/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
28	Delegado Fernando Fernandes	PL 1.127/2020 SEI: 13826/2020-62	Institui, no Distrito Federal, a obrigatoriedade de os estabelecimentos autorizados pelo governo do Distrito Federal a funcionar no período da pandemia fornecerem máscaras, luvas e álcool em gel, gratuitamente, aos seus funcionários e dá outras providências. MENSAGEM Nº 311/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
29	Júlia Lucy	PL 1.133/2020 SEI: 14256/2020-28	Dispõe sobre diretrizes para garantias de liberdade individual e proteção de dados pessoais no monitoramento inteligente para combate a pandemias e dá outras providências. MENSAGEM Nº 315/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
30	José Gomes	PLC 15/2019 SEI: 7079/2020-23	Altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o código tributário do Distrito Federal, a fim de adicionar ao art. 2º o inciso IV. MENSAGEM Nº 316/2020	23/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
31	Poder Executivo	PL 1.346/2020 SEI: 26427/2020-61	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados e vigentes no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública. MENSAGEM Nº 319/2020. (veto ao § 4º do art. 1º da Lei nº 6662/2020)	16/10/2020 (sexta-feira)	PAUTA
32	Fábio Felix	PL 937/2020 SEI: 4598/2020-30	Dispõe sobre os pontos de apoio para trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros nas regiões administrativas do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 343/2020. (veto ao art. 5º da Lei nº 6677/2020)	6/11/2020 (sexta-feira)	PAUTA
33	Cláudio Abrantes	PL 467/2019 SEI: 8512/2020-48	Institui a Política Distrital para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 351/2020. (veto ao § único do art. 7º da Lei nº 6677/2020)	19/11/2020 (quinta-feira)	PAUTA
34	Prof. Reginaldo Veras	PL 217/2019 SEI: 4373/2020-83	Estabelece diretrizes para a concessão de incentivo financeiro às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. MENSAGEM Nº 348/2020	20/11/2020 (sexta-feira)	PAUTA
35	João Cardoso	PL 473/2019 SEI: 30181/2020-22	Institui o Sistema de Bibliotecas Escolares do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 374/2020	11/12/2020 (sexta-feira)	PAUTA
36	Fábio Felix	PL 232/2019 SEI: 20880/2020-64	Institui a Semana Distrital de Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e dá outras providências. MENSAGEM Nº 393/2020. (veto ao art. 2º da Lei nº 6709/2020)	11/2/2020 (quinta-feira)	PAUTA
37	Poder Executivo	PL 1.496/2020 SEI: 35488/2020-10	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. MENSAGEM Nº 396/2020. (veto aos §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º e art. 3º da Lei nº 6711/2020)	16/2/2020 (terça-feira)	PAUTA
38	Chico Vigilante e Roosevelt	PL 1.711/2017 SEI: 18378/2020-93	Dispõe sobre o cancelamento da inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos e a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial que, de qualquer forma, adquirir, distribuir, entregar, armazenar, possuir em depósito, transportar, vender ou expuser à venda mercadoria de origem ilícita ou não comprovada e dá outras providências. MENSAGEM Nº 440/2020	10/3/2020 (quarta-feira)	PAUTA
39	Fernando Fernandes	PL 1.176/2020 SEI: 15143/2020-40	Proíbe, nos horários de maior fluxo de veículos, a realização de serviços e obras que afetem ou possam afetar o livre fluxo nas vias urbanas. MENSAGEM Nº 439/2020	10/3/2020 (quarta-feira)	PAUTA
40	Hermeto	PL 991/2020 SEI: 05981/2020-13	Dispõe sobre a utilização de medidor de efluentes para lançamento na rede pública de coleta de esgotos e dá outras providências. MENSAGEM Nº 447/2020	10/3/2020 (quarta-feira)	PAUTA
41	Jorge Vianna	PL 439/2019 SEI: 6789/2020-36	Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas. MENSAGEM Nº 450/2020	11/3/2020 (quinta-feira)	PAUTA
42	Leandro Grass	PL 967/2020 SEI: 6933/2020-34	Estabelece incentivos para incremento das atividades econômicas lideradas por mulheres no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 493/2020. (veto ao inciso IV do art. 2º e §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 6756/2020)	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
43	Robério Negreiros	PL 1.203/2020 SEI: 17377/2020-21	Restringe, no Distrito Federal, a implantação de portarias virtuais em condomínios habitacionais. MENSAGEM Nº 496/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
44	Reginaldo Sardinha	PL 372/2019 SEI: 06103/2020-15	Dispõe sobre a concessão de porte de arma de fogo para o Agente Socioeducativo do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 500/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA

45	Eduardo Pedrosa	PL 34/2019 SEI: 38419/2020-68	Institui diretrizes e dispõe sobre a adoção de medidas em caso de interdição em unidade escolar da rede pública de ensino e dá outras providências. MENSAGEM Nº 506/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
46	Valdelino Barcelos	PL 1.224/2020 SEI: 16952/2020-79	Institui o Programa de Segurança, Revitalização, Conservação, Manutenção e Modernização das paradas de ônibus no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 505/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
47	Rafael Prudente	PL 694/2019 SEI: 33631/2020-39	Garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos a mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 5/2021. (veto ao § 1º do art. 1º da Lei nº 6780/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
48	Júlia Lucy	PL 1.566/2020 SEI: 20618/2020-10	Institui a política de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial e dá outras providências. MENSAGEM Nº 23/2021. (veto ao inciso I do art. 7º, arts. 11 e 15 e § único do art. 19 da Lei nº 6794/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
49	Rafael Prudente	PL 1.057/2016 SEI: 7618/2020-24	Dispõe sobre o uso de espaço para colocação de painéis com indicadores de empregos nos terminais de ônibus e dá outras providências. MENSAGEM Nº 28/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
50	Delegado Fernando Fernandes	PL 1.563/2020 SEI: 20478/2020-80	Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de telas de proteção nas janelas que não sejam travadas em todos os apartamentos que não sejam no térreo em que morem crianças, mesmo que eventualmente. MENSAGEM Nº 27/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
51	João Cardoso	PL 984/2020 SEI: 7489/2020-74	Dispõe sobre a instalação de tomadas de energia destinadas a assegurar carga elétrica em baterias de aparelhos de telefonia celular e outros equipamentos eletrônicos nas localidades que especifica e dá outras providências. MENSAGEM Nº 26/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
52	Rafael Prudente	PL 1.955/2018 SEI: 9570/2020-99	Dispõe sobre o custeio de danos materiais causados por apenados, presos e detentos custodiados nos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 25/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
53	José Gomes	PL 957/2020 SEI: 2856/2020-43	Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 40/2021. (veto aos incisos II e III do art. 1º e inciso IX do art. 13 da Lei nº 6805/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
54	Martins Machado	PL 1.120/2020 SEI: 13639/2020-89	Dispõe sobre a obrigatoriedade de toda a rede pública e privada de saúde do Distrito Federal solicitar os dados das pessoas curadas que contraíram o vírus causador da Covid-19 (novo coronavírus), a fim de que sejam enviados os respectivos dados ao sistema próprio disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 43/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
55	José Gomes	PL 1.207/2020 SEI: 16273/2020-08	Veda a venda casada de produtos e serviços com garantia estendida ou seguro congênere, e assegura direitos ao consumidor do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 47/2021. (veto ao inciso IV do art. 2º da Lei nº 6808/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
56	Eduardo Pedrosa	PL 1.166/2020 SEI: 15145/2020-39	Assegura aos pacientes com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise e diálise, bem como aos pacientes com neoplasia maligna em tratamento de quimioterapia e radioterapia, atendimento prioritário para vacina, testes rápidos ou RT-PCR e sorológico para diagnóstico da Covid-19 ou outras doenças virais relacionadas a pandemia, epidemia ou endemia. MENSAGEM Nº 49/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
57	Fernando Fernandes	PL 1.134/2020 SEI: 14220/2020-44	Dispõe sobre o direito dos usuários do sistema de saúde do Distrito Federal, seja ele público ou privado, da garantia de assistência fisioterapêutica, 24 horas, nas unidades de terapia intensiva. MENSAGEM Nº 50/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
58	João Cardoso	PL 972/2020 SEI: 06456/2020-15	Institui a política voltada à plenitude emocional da mulher no campo, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 54/2021. (veto ao art. 5º da Lei nº 6812/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
59	Agaciel Maia	PL 915/2020 SEI: 4200/2020-65	Dispõe sobre a obrigação da administração do Aeroporto Internacional de Brasília de disponibilizar funcionário para auxiliar os idosos na retirada de suas bagagens no momento do desembarque. MENSAGEM Nº 62/2021	29/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
60	Delmasso	PL 1.738/17 SEI: 1374/2021-29	Altera a Lei 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que 'dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal' e dá outras providências. MENSAGEM Nº 72/2021	06/05/2021 (quinta-feira)	PAUTA
61	Fábio Felix	PL 1.569/20 SEI: 1374/2021-29	Altera a Lei Nº 6.573, DE 8 DE MAIO DE 2020, de autoria do Poder Executivo, que 'Institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus - Covid-19.' MENSAGEM Nº 79/2021	06/05/2021 (quinta-feira)	PAUTA
62	José Gomes	PL 1.206/20 SEI: 1738/2021-71	Institui a Política de Reciclagem de Resíduos Veiculares – PRRV e dá outras providências. MENSAGEM Nº 98/21	19/05/2021 (quarta-feira)	PAUTA
63	Chico Vigilante	PL 1.668/21 SEI: 18512021-56	Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de comprovante de vacinação contra a Covid-19 em todos os atos administrativos do governo do Distrito Federal, para acesso a qualquer benefício social e para matrícula na rede de ensino pública e privada e dá outras providências. MENSAGEM Nº 104/21	28/05/2021 (sexta-feira)	PAUTA
64	Arlete Sampaio, Chico Vigilante e Fábio Felix	PL 1.725/21 SEI: 2013/2021-08	Institui benefício emergencial para a população em situação de vulnerabilidade social do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 115/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA
65	Robério Negreiros	PL 1.620/20 SEI: 2012/2021-55	Altera a Lei nº 5.470, de 23 de abril de 2015, que 'determina a publicação pelos sindicatos, na rede mundial de computadores, das ações e das respectivas prestações de contas relativas às contribuições e às demais verbas recebidas, no âmbito do Distrito Federal'. MENSAGEM Nº 114/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA
66	Jaqueline Silva (MDB)	PL 1.728/21 SEI: 2011/2121-19	Dispõe sobre a transparência e logística de vacinação contra a Covid-19 dos profissionais que trabalham em hospitais públicos e privados no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 113/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA
67	Reginaldo Sardinha	PL 1.254/20 SEI: 2010/2121-66	Altera a Lei nº 1.670, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o direito de visita a pacientes internados na rede hospitalar do Distrito Federal, e a Lei nº 2.804, de 25 de outubro de 2001, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Distrito Federal, para incorporar o direito do paciente a televisita, nos casos que especifica. MENSAGEM Nº 112/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA

68	Jorge Vianna	PL 1.177/20 SEI: 2117/2021-12	Dispõe sobre a remuneração do Trabalho em Período Definido – TPD em situações de decretação de emergência na saúde pública do Distrito Federal, bem como altera a Lei nº 6.137, de 20 de abril de 2018, que cria a remuneração por Trabalho em Período Definido – TPD e prevê outras medidas para garantir a assistência à saúde no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 131/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
69	Arlete Sampaio e Leandro Grass	PL 1.387/20 SEI: 8037/2020-26	Estabelece diretrizes a serem observadas na definição da tarifa residencial social dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 132/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
70	Robério Negreiros	PL 1.322/20 SEI:	Estabelece a isenção da cobrança de diária de estadia de veículos automotores em depósito (pátio legal), para os proprietários que forem retirá-los no mesmo dia do recolhimento pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 133/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
71	Poder Executivo	PL 1.862/21 SEI: 2110/2021-92	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de táxis, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. (veto parcial ao art. 3º). MENSAGEM Nº 125/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
72	Agaciel Maia	259/19 SEI: 2418/2021-38	Dispõe sobre a obrigação das operadoras de telefonia fixa ou móvel de garantirem a identificação das chamadas telefônicas, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 153/21	24/06/2021 (quinta-feira)	PAUTA
73	Martins Machado	605/19 SEI: 2492/2021-54	Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências, para inserir o art. 48-A, a fim de determinar a inclusão, no edital do processo de escolha, de fase de apresentação de documento faltante. MENSAGEM Nº 157/21	02/08/21 (quinta-feira)	PAUTA
74	Fábio Felix	1.706/21 SEI: 2550/2021-40	Institui sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 162/21	09/08/21 (segunda-feira)	PAUTA
75	Leandro Grass	1.389/20 SEI: 2551/2021-94	Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem. MENSAGEM Nº 163/21	09/08/21 (segunda-feira)	PAUTA
76	Poder Executivo e Cristiano Araújo	267/15 SEI: 2791/2021-99	Institui o Programa Primeira Infância - PPI, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 175/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
77	Rafael Prudente e Cláudio Abrantes	1.792/21 SEI: 2792/2021-33	Altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e dá outras providências. MENSAGEM Nº 176/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
78	Robério Negreiros	1.371/20 SEI: 2807/2021-63	Proíbe o uso de elevadores públicos ou privados por criança ou pessoa com deficiência intelectual ou mental sem autonomia plena para o exercício da vida civil, desacompanhada de pessoa maior de 18 anos com capacidade jurídica plena, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 179/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
79	Iolando	25/19 SEI: 2809/2021-52	Dispõe sobre procedimentos para inspeções de pontes e viadutos no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 180/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
80	Iolando	1.218/20 SEI: 17364/2021-52	Proíbe hospitais públicos e privados de recusar o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação de doença causadora de epidemia, pandemia ou endemia, em caso de decretação de estado de emergência ou calamidade pública, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 181/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
81	Poder Executivo e Júlia Lucy	1.903/21 SEI: 3253/2021-11	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte de turismo, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. Veto Parcial aos arts. 2º e 4º. MENSAGEM Nº 192/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
82	Jorge Vianna	1.249/20 SEI: 3259/2021-99	Dispõe sobre o desconto tarifário de energia elétrica sobre o consumo decorrente da utilização de aparelhos para tratamento de oxigenoterapia domiciliar, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 200/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
83	Chico Vigilante	2.084/18 SEI: 3329/2021-17	*Altera a Lei nº 3.361, de 15 de junho de 2004, que institui reserva de vagas, nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas públicas do Distrito Federal, para atualizar o sistema de reserva de vagas no ensino público de nível técnico e superior, à luz da Lei federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. MENSAGEM Nº 213/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
84	Cláudio Abrantes	670/19 SEI: 3337/2021-55	*Institui a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamentos de monitoração eletrônica por preso ou apenado no Distrito Federal". MENSAGEM Nº 217/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
85	Delegado Fernando Fernandes	1.331/20 SEI: 3432/2021-59	Estabelece regras para as relações de consumo quando da oferta de cestas básicas por supermercados, hipermercados e demais estabelecimentos comerciais. MENSAGEM nº 225/21.	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
86	Eduardo Pedrosa	1.143/20 SEI: /2021	Estabelece indicadores e metas progressivas para a administração pública no setor de energia sustentável. Veto parcial ao art. 2º, II; ao art. 3º, I, "a" e "b", II, "b", III, "b", IV, "a" e "b"; e ao art. 5º. MENSAGEM Nº 238/21	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
87	Iolando	1.173/20 SEI: 3866/2021-59	Regulamenta no Distrito Federal a Lei federal nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). MENSAGEM Nº 288/21	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
88	Rafael Prudente	416/19 SEI: 3666/2021-04	Concede gratuidade de ingresso aos cronistas esportivos ativos, nas áreas de imprensa, nos locais de realização de todo e qualquer evento esportivo no Distrito Federal. Veto Parcial ao art. 2º. MENSAGEM nº 243/21.	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
89	Chico Vigilante	1.286/20 SEI: 24076/2021-35	Estabelece regras para as relações de consumo, para coibir oferta enganosa e prática abusiva, e as formas de afixação de preços de combustíveis pelos postos de abastecimento no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 261/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA

90	Arlete Sampaio	1.507/20 SEI: 24078/2021-24	Dispõe sobre a instituição do fomento emergencial de amparo à agricultura familiar do Distrito Federal, para mitigar os impactos socioeconômicos relacionados à pandemia de Covid-19 e a outras situações adversas decorrentes do estado de calamidade pública, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 262/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
91	Chico Vigilante e Ricardo Vale	1.752/17 SEI: 24255/2021-72	Altera a Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, que dispõe sobre a publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, da relação das compras, obras e serviços contratados pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica, Fundacional e das sociedades de economia mista de quaisquer Poderes do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 269/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
92	João Cardoso	353/19 SEI: 24256/2021-17	Altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 270/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
93	Delmasso	1.915/21 SEI: 24665/2021-13	Cria a política pública de participação das organizações da sociedade civil no apoio à manutenção de espaços públicos no Distrito Federal, denominada Nossa Quadra. Veto Parcial parágrafo único do art. 3º e ao art. 7º. MENSAGEM nº 278/21	20/09/21 (segunda-feira)	PAUTA
94	Delmasso e Rafael Prudente	880/20 SEI: 246872021-83	Institui as diretrizes para a Política Distrital de Fomento ao Artesanato Popular e dá outras providências. Veto parcial ao art. 5º. MENSAGEM Nº 287/21	20/09/21 (segunda-feira)	PAUTA
95	Martins Machado	660/19 SEI: 24689/2021-72	Institui diretrizes para a Política Distrital de Incentivo à Geração de Energia no âmbito das unidades do sistema penitenciário do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 290/21	20/09/21 (segunda-feira)	PAUTA
96	Poder Executivo	1.930/21 SEI: 3961/2021-52	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências", o qual se converteu na Lei nº 6.934, de 05 de agosto de 2021. Veto parcial ao inciso IV do art. 13 e § 2º do art. 88; §§ 2º e 3º do art. 14 e art.23; §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 21; art. 22; §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 29; §2º do art. 30; art. 54; arts. 55 e 56; art. 72; art. 75; § 1º do art. 88; itens do Anexo I; itens do Anexo IV; itens do Anexo XIII - Subfunção 243, 181,182 e 183: inadequação técnica e/ou contrariedade ao interesse público. MENSAGEM Nº 304/21	23/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
97	Poder Executivo	2.059/21 SEI: 4045/2021-30	Institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos. Veto Parcial ao art. 5º. MENSAGEM Nº 310/21	27/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
98	Poder Executivo	2.051/21 SEI: 4514/2021-11	Dispõe sobre a autorização para a implantação de tarifa de remuneração distinta da tarifa usuário para o Serviço de Transporte Público Complementar Rural – STPCR e para a Cooperativa Brasiliense de Transportes Autônomos, Escolares, Turismo e Especiais do Distrito Federal – Coobrataete, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. Veto Parcial aos arts. 10, 11 e 12. MENSAGEM Nº 328/21	22/10/21 (sexta-feira)	PAUTA
99	Delmasso	1.597/20 SEI: 4732/2021-55	Institui no Distrito Federal o Estatuto da Juventude e dá outras providências". Veto Parcial aos arts. 10; 12; 19; ao parágrafo único do art. 21; 23; 28; 30; 37; 40 e 47. MENSAGEM Nº 350/21	08/11/21 (segunda-feira)	PAUTA
100	Mesa Diretora	PLC 83/21 SEI: 4867/2021-11	Recepção, no Distrito Federal, o teor da Lei federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, dispondo sobre o percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021. MENSAGEM Nº 358/21	16/11/21 (terça-feira)	PAUTA
101	Martins Machado	1.418/20 SEI: 5121/2021-24	Institui a campanha permanente de combate aos golpes financeiros e à violência patrimonial praticados contra pessoas idosas no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 380/21	30/11/21 (terça-feira)	PAUTA
102	Agaciel Maia	1.229/20 SEI: 5204/2021-13	Dispõe sobre a obrigatoriedade de escolas, creches, berçários, escolas maternas e similares das redes pública e privada de manterem, durante cada turno e em atividades externas, pelo menos 1 funcionário habilitado em curso de treinamentos de primeiros socorros, no Distrito Federal, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 387/21	02/12/21 (terça-feira)	PAUTA
103	Poder Executivo	2.276/21 SEI: 5577/2021-94	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 39.791.190,00. MENSAGEM Nº 413/21. Veto Parcial ao Anexo referente a emenda nº 09	14/02/22 (segunda-feira)	PAUTA
104	Chico Vigilante	1.844/21 SEI: 5581/2021-52	Dispõe sobre a dispensa da cobrança de juros e multas moratórias sobre o valor total do IPVA e do IPTU dos exercícios 2020 e 2021, pagos em atraso, no Distrito Federal, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus – Covid-19. MENSAGEM Nº 415/21	14/02/22 (segunda-feira)	PAUTA
105	Roosevelt	1.672/21 SEI: 5633/2021-91	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e permissionários de serviços de coleta de resíduos sólidos no Distrito Federal instalarem, nos veículos de coleta, cabines ou suporte adequado e seguro para transporte de trabalhadores e colaboradores e dá outras providências. MENSAGEM Nº 423/21	22/02/2022 (terça-feira)	PAUTA
106	Delmasso	PLC 121/19 SEI: 5616/2021-32	Institui, no Distrito Federal, a Política Pública Brasília Lixo Zero, Arquitetura Sustentável e Energia Renovável e dá outras providências", o qual se converteu na Lei nº 6.982, de 29 de novembro de 2021. MENSAGEM Nº 463/21 Veto Parcial aos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, VII, VIII, X e XX	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
107	Hermeto	1.649/20 SEI: 5922/2021-20	Cria o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e dá outras providências. MENSAGEM Nº 468/21	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
108	Eduardo Pedrosa e Iolando	993/20 SEI: 5924/2021-89	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para pessoas com deficiência. MENSAGEM Nº 476/21	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
109	Martins Machado	1.211/20 SEI: 5925/2021-23	Reconhece a atividade comercial de academias de esporte de todas as modalidades como serviços essenciais para a população do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 477 /21	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA

110	Poder Executivo	2.277//21 SEI: 6101/2021-01	Altera a Lei 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. MENSAGEM Nº 492/21. Veto Parcial ao art. 2º e art. 4. Obs: Rejeitados os Vetos por erro na Sessão Ordinária de 08/03/22 e Declarado Prejudicada a Votação.	14/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
111	Poder Executivo	2.424/21 SEI: 6179/2021-95	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 215.216.667,00. MENSAGEM Nº 498/21. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 16, 17, 27 e 32	14/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
112	Poder Executivo	2.419/21 SEI: 6266/2021-42	Institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências. Veto Parcial à alínea "g" do inciso III do art. 1º e aos incisos VII e VIII do art. 7º. MENSAGEM Nº 526/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
113	Poder Executivo	2.420/21 SEI: 6268/2021-31	Institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio. Veto Parcial parágrafo único do art. 5º. "MENSAGEM Nº 527/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
114	Poder Executivo	2.421/21 SEI: 6267/2021-97	Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos. Veto Parcial ao inciso II do art. 1º e ao parágrafo único, acompanhado de seus incisos, do art. 1º. MENSAGEM Nº 523/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
115	Poder Executivo	2.347/21 SEI: 6338/2021-51	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 79.251.385,00. Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 4, 8, 11, 19, 21, 28, 30, 40, 44. MENSAGEM Nº 546/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
116	Poder Executivo	2.449/21 SEI: 0039/2022-94	Altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP. Veto Parcial ao inciso III do art. 1º. MENSAGEM Nº 565/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
117	Poder Executivo	PLC 97/21 SEI: 0042/2022-16	Homologa o Convênio ICMS 190, de 20 de outubro de 2021, que revigora e altera o Convênio ICMS 155, de 10 de outubro de 2019, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a instituir programa de anistia de débitos fiscais relativos ao ICMS na forma que especifica; e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF 2021. Veto Parcial aos arts. 11 e 12. MENSAGEM Nº 569/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
118	Hermeto	1.651/20 SEI: 0108/2022-60	Disciplina o uso de veículos aéreos não tripulados pelas unidades operacionais da Polícia Militar e pelos demais órgãos de segurança pública no Distrito Federal. Veto Parcial ao art. 3º. MENSAGEM Nº 16/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
119	Poder Executivo	PLC 100/21 SEI: 0108/22-60	Altera a Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao art. 1º, no tocante ao inciso IX do § 2º do art. 2º da LC nº 925/2017, e ao art. 2º. MENSAGEM Nº 17/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
120	Poder Executivo	2.224/21 SEI: 0142/2022-34	Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2022. Veto Parcial as programações 28.846.0001.9099.0006 – Revisão Geral da Mensagem GAG/CJ 77558810 SEI 00040-00032580/2021-98 / pg. 1 Remuneração dos Servidores - Distrito Federal", no valor de R\$ 39.374.453,00 e "03.122.8211.6195.0008 – Concessão de Planos de Saúde aos Servidores - Distrito Federal", no valor de R\$ 5.000.000,00 . MENSAGEM Nº 20/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
121	Poder Executivo	PLC 88/21 SEI: 0178/2022-18	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul – CLS, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I. Veto Parcial ao art. 2º, inciso III, alínea "c" e § 3º; ao art. 7º, caput e §§ 1º, 2º e 3º; e ao art. 25, § 4º. MENSAGEM Nº 24 /22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
122	Poder Executivo	PLC 99/21 SEI: 0179/2022-62	Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais; e a Lei nº 5.190, de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso III do art. 1º; ao art. 2º em sua totalidade; e ao Anexo Único MENSAGEM Nº 25/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
123	Poder Executivo	PLC 72/20 SEI: 1454/2022-645	Altera a Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Veto Parcial ao Art. 1º inciso II. MENSAGEM Nº 58/22	09/05/22 (segunda-feira)	PAUTA
124	Poder Executivo	2.553/22 SEI: 1815/2022-73	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 174.151.567,00. Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 68, 83, 173, 178, e 207 MENSAGEM Nº 120 /22	23/05/22 (segunda-feira)	PAUTA
125	Defensoria Pública do Distrito Federal	PLC 116/22 SEI: 1832/2022-73	Acrescenta o dispositivo que menciona à Lei Complementar nº 980, de 30 de dezembro de 2020, que institui a Política de Atendimento Integrado da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 122/22	23/05/22 (segunda-feira)	PAUTA
126	Poder Executivo	2.557/22 SEI: 15314/2022-01	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 71.148.965,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 43, 45 e 46. MENSAGEM Nº 126/22	31/05/22 (terça-feira)	PAUTA
127	Poder Executivo	PLC 69/20 SEI: 17525/2022-70	Altera a Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências, e dá outras providências. Veto Parcial o aos incisos XXI e XXXVI, do seu art. 1º MENSAGEM Nº 136/22	15/06/22 (quarta-feira)	PAUTA

128	Poder Executivo	2.589/22 SEI: 2461/2022-84	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 88.512.180,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 6, 16, 17, 19, 53, 103. MENSAGEM Nº 138/22	23/06/22 (quarta-feira)	PAUTA
129	Prof. Reginaldo Veras	1.880/21 SEI: 2653/2022-91	Assegura ao consumidor do Distrito Federal o direito de solicitar a mudança de dados nas faturas de serviços essenciais de fornecimento de água e energia elétrica, nos casos que especifica. Veto Parcial ao art. 3º e ao inciso VII do art. 4º. MENSAGEM Nº 154/22	01/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
130	João Cardoso	1.912/21 SEI: 2716/2022-17	Altera a denominação dos cargos de Técnico de Gestão Educacional, Analista de Gestão Educacional, Monitor de Gestão Educacional e Agente de Gestão Educacional, bem como altera a Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, que dispõe sobre a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao art. 9º. MENSAGEM Nº 161/22	05/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
131	Robério Negreiros	1.703/21 SEI: 2784/2022-78	Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 164/22	05/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
132	Leandro Grass	2.064/21 SEI: 2782/2022-89	Institui a Política Distrital de Dados Abertos e Transparência Ativa. MENSAGEM Nº 165/22	05/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
133	Poder Executivo	2.539/22 SEI: 2820/2022-01	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 504.897.965,00. Veto Parcial ao parágrafo único do art. 1º. MENSAGEM Nº 168/22	12/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
134	Poder Executivo	2.711/22 SEI: 2948/2022-67	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 47.570.903,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 34, 58, 66, 75, 94, 95, 96 e 97. MENSAGEM Nº 174/22	15/08/22 (segunda-feira)	PAUTA
135	Poder Executivo	2.709/22 SEI: 3056/2022-83	Altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso V do art. 5º, constante no inciso I do art. 1º. MENSAGEM Nº 176/22	23/08/22 (terça-feira)	PAUTA
136	Poder Executivo	2.558/22 SEI: 3055/2022-39	Altera as Leis nº 6.468, de 27 de dezembro de 2019, que reformula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II, cria o Programa Desenvolve-DF, regulariza situações consolidadas oriundas de programas de desenvolvimento anteriores e dá outras providências; nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, que complementa dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, aprovado pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; nº 4.169, de 8 de julho de 2008, que altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; e nº 4.269, de 15 de dezembro de 2008, que dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos programas de desenvolvimento econômico PROIN-DF, PRODECON-DF, PADES-DF e PRÓ-DF e dá outras providências, e dá outras providências. Veto Parcial ao § 2º art. 1º, inc. VIII do §1º do art. 5º, : inc. III do §4º do art. 7º, : incs. V, VII, VIII, XVII e XXIV do art. 8º, Art. 12 e 14. MENSAGEM Nº 179/22	23/08/22 (terça-feira)	PAUTA
137	Poder Executivo	809/19 SEI: 3076/2022-54	Cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan e dá outras providências. Veto parcial ao §2º do art. 8º; aos §§1º e 2º do art. 9º; ao art. 11; e ao art. 16. MENSAGEM Nº 181/22	23/08/22 (terça-feira)	PAUTA
138	Poder Executivo	2.312/21 SEI: 24860/2022-24	Dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso VII do art. 4º; ao art. 5º; e ao art. 6º. MENSAGEM Nº 182/22	25/08/22 (terça-feira)	PAUTA
139	Poder Executivo	2.397/22 SEI: 24870/2022-60	Altera a Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências; e a Lei nº 6.225, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários e a reinstituição dos benefícios que especifica, homologa o Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso III do art. 79-A acrescido pelo inciso II do art. 1º do PL nº 2.397/22. MENSAGEM Nº 183/22	25/08/22 (terça-feira)	PAUTA
140	Poder Executivo	2.761/22 SEI: 4010/2022-81	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências. Veto Parcial ao : - X do art. 3º; XI e §§ 2º e 3º do art. 21; - §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 27 e §3º do art. 28; - Art. 29; Art. 34; - II e III do art. 35 e art. 52; - Art. 54 e alínea e) do §6º do art. 57; - §4º do art. 62; - VETOS A ITENS DO ANEXO I, VETOS A ITENS DO ANEXO IV, VETOS A ITENS DO ANEXO V, VETOS A ITENS DO ANEXO XI, VETOS A ITENS DO ANEXO XIII MENSAGEM Nº 229/22- Obs : Apreciados os Vetos Parciais aos itens do Anexo I e os Itens 2.15.1; 2.15.2; 2.16.1; 2.16.2; 2.17.1; 2.17.2 do Anexo IV – Rejeitados em 09/08/22 Sessão Ordinária de 23/08/22: Anexo IV Itens 2.2.23; 2.3.12; 2.3.13; 2.7.6; 2.7.7; 2.7.8; 2.10.4; 2.10.5; 2.26.4; 2.27.3 (Fábio Felix) e Anexo XI itens 5.1; 5.2; 5.3 e 5.4 (Delmasso) - Rejeitados	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
141	Poder Executivo	PLC 120/22 SEI: 3871/2022-42	Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017, e altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. Veto Parcial aos incisos I, VII e VIII do art. 1º; e ao § 9º acrescido pelo inciso X do art. 1º. MENSAGEM Nº 226/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
142	Poder Executivo	2.749/22 SEI: 3534/2022-55	Dispõe sobre o programa de acesso à justiça e fomento ao advogado iniciante. Veto Parcial ao o parágrafo único, do art. 2º; ao inciso I, do art. 3º; e ao § 2º, do art. 8º. MENSAGEM Nº 202/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA

143	Poder Executivo	2.832/22 SEI: 3814/2022-63	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 98.426.441,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e um reais). Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 28, 86, 115, 125, 164 e 177. MENSAGEM Nº 218/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
144	Delmasso	PLC 109/22 SEI: 3871/2022-42	Altera a Lei Complementar nº 937, de 22 de dezembro de 2017, que altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e dá outras providências. Veto Parcial aos arts 3º e 4º. MENSAGEM Nº 227/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
145	Júlia Lucy	2.383/21 SEI: 3895/2022-00	Altera a Lei nº 2.402, de 15 de junho de 1999, que institui o Programa Bolsa Atletas, unificando os valores da bolsa destinada aos atletas e paratletas beneficiários do Programa Bolsa Atletas, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 228/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
146	Poder Executivo	2.903/22 SEI: 4806/2022-34	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 20.910.705,00. Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 19 e 46. MENSAGEM Nº 252/22	16/11/22 (quarta-feira)	PAUTA
147	Agaciel Maia	2.952/22 SEI: 5195/2022-22	Regulamenta, no Distrito Federal, a aplicabilidade da Lei federal nº 14.282, de 28 de dezembro de 2021, que regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista *MENSAGEM Nº 2	12/12/22 (segunda-feira)	PAUTA
148	Poder Executivo	2.8986/22 SEI: 5723/2022-62	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 54.044.553,00. Veto Parcial aos Anexos referente as emendas nºs: 6, 57, 74, 75, 78, 82, 83, 91, 92, 93, 96, 98, 108, 109, 110, 112 e 114. Mens. 288/22	02/03/23 (quinta-feira)	PAUTA
149	Chico Vigilante	2.193/21 SEI: 6033/2022-21	Dispõe sobre a disponibilização de informações relativas ao Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 320/22	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
150	Poder Executivo	2.944/22 SEI: 5969/2022-34	Altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Veto Parcial a parte do Anexo IV referente ao item 2.2.33 - MENSAGEM Nº 306/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
151	Poder Executivo	2.945/22 SEI: 5971/2022-11	Altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Veto Parcial ao Anexo IV referente ao item 2.2.31 e 2.2.32. MENSAGEM Nº 307 /22	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
152	Poder Executivo	3.015/22 SEI: 6050/2022-68	Altera a Lei 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, para prorrogar excepcionalmente mandatos de diretores, vice-diretores e conselheiros escolares e dar outras providências. Veto Parcial ao § 2º do art. 64-G, acrescentado pelo inciso V do art. 1º do PL nº 3.015/2022 MENSAGEM Nº 316/22	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
153	Delmasso	2.713/22 SEI: 6032/2022-86	Instrui a polícia pública distrital destinada ao resgate de jovens vítimas de violência sexual, denominada Vira Vida. Veto Parcial ao art. 6. MENSAGEM Nº 319/22	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
154	Poder Executivo LOA	2.992/22 SEI: 0037/2023-86	estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2023. Veto Parcial ao Anexo referente ao item 13.392.6219.2815.0002 - Apoio ao Carnaval de Brasília - Desfile das Escolas de Samba - Distrito Federal", no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). MENSAGEM Nº 322/22	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
155	Cláudio Abrantes	2.228/21 SEI: 0105/2023-15	Institui o Selo Fiscal de Controle e Procedência e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência da água mineral natural, potável de mesa ou adicionada de sais em circulação e comercialização no Distrito Federal, ainda que proveniente de outra unidade da Federação, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 02/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
156	Hermeto	2.822/22 SEI: 0109/2023-95	Dispõe sobre a política de fomento às Escolas Parques da Natureza. .MENSAGEM Nº 06/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
157	Poder Executivo	3.049/22 SEI: 01102/2023-64	Acrescenta as especialidades de Educador Físico, Direito e Legislação, Químico e Médico Veterinário ao Anexo IV da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004. Veto Parcial aos §§1º e 2º do art. 1º. MENSAGEM Nº 07/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
158	Júlia Lucy	2.457/21 SEI: 0169/2023-16	*Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências. MENSAGEM Nº 12/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
159	Agaciel Maia	3.041/22 SEI: 0301/2023-81	Dispõe sobre a extensão da indenização de transporte aos servidores que especifica e dá outras providências. MENSAGEM Nº 18/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
160	Poder Executivo	3.058/22 SEI: 0280/2023-02	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 13.530.973,00. Veto Parcial aos Anexos referente as emendas nºs 04 e 06 MENSAGEM Nº 20/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
161	Eduardo Pedrosa e Robério Negreiros	150/19 SEI: 0599/2023-20	Assegura o direito de liberação de entrada de animais de estimação em hospitais públicos para visitas a pacientes internados e dá outras providências. MENSAGEM Nº 22/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
162	Iolando	1.497/21 SEI: 0611/2023-04	Dispõe sobre a criação do Cadastro Distrital de Inclusão da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Mens. nº 27/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
163	Reginaldo Veras	1.767/21 SEI: 629/2023-06	Assegura ao usuário de serviço público, no Distrito Federal, o direito ao atendimento virtual adequado de suas demandas. Veto Parcial aos arts. 4º, 5º e 9º. Mens. nº 28/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
164	Agaciel Maia	3.075/22 SEI: 0638/2023-33	Altera a Lei nº 7.098, de 02 de abril de 2022 que cria a Gratificação de Atividades de Vigilância Ambiental em Saúde – Gavás, para os Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências. Mens. nº 33/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
165	Jorge Vianna	2.784/22 SEI: 640/2023-68	*Dispõe sobre as diretrizes das ações de segurança pública no âmbito do Sistema de Saúde do Distrito Federal. Mens. nº 35/23	15/03/23 (quarta-feira)	PAUTA
166	Mesa Diretora	3.048/22 SEI: 1480/2023-74	Institui a Gratificação de Atividade de Risco – GAR para as carreiras que especifica e dá outras providências. Mens. nº 45/23	18/04/23 (terça-feira)	PAUTA
167	Agaciel Maia	3.055/22 SEI: 1479/2023-40	Dispõe sobre a reestruturação e o desmembramento da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária em Saúde, altera a Lei nº 5.237, de 16 de dezembro 2013, e dá outras providências. Mens. nº 46/23	18/04/23 (terça-feira)	PAUTA

168	João Cardoso	213/23 SEI: 2184/2023-91	Altera dispositivo da Lei nº 6.662, de 21 de agosto de 2020, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados e vigentes no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública. Mens. nº 67/23	25/05/23 (quinta-feira)	PAUTA
169	Paula Belmonte	198/23 SEI: 2537/2023-52	"Dispõe sobre a proteção contra a discriminação no trabalho para mães solo, nos órgãos e nas entidades da administração pública direta e indireta do Distrito Federal. Veto Parcial aos arts. 3º, 4º e 5º. Mens. nº 77/23	9/06/23 (sexta-feira)	PAUTA
170	Poder Executivo	PLC 141/23 SEI: 2669/2023-84	Autoriza a extensão de usos e atividades para os lotes do Setor Comercial Sul – SCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências". Veto Parcial ao Anexo Único. Mens. nº 91/23	14/06/23 (quarta-feira)	PAUTA
171	Poder Executivo	240/23 SEI: 2624/2023-18	Altera a Lei nº 7.171, de 1º de agosto de 2022, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências". Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 2 e 3. Mens. nº 86/23	14/06/23 (quarta-feira)	PAUTA
172	Iolando	2.020/21 SEI: 2799/2023-17	Institui o Programa de Exame de Mamografia Móvel – Mamóve. Mens. nº 102/23	23/06/23 (sexta-feira)	PAUTA
173	Morro da Cruz	161/23 SEI: 2798/2023-72	Altera a Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021, que "instaura o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências", com o objetivo de instituir o programa S.O.S Mulher. Mens. nº 101/23	23/06/23 (sexta-feira)	PAUTA
174	Chico Vigilante	3.062/22 SEI: 2796 /2023-83	"Dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal e dá outras providências. Mens. nº 100/23	23/06/23 (sexta-feira)	PAUTA
175	Poder Executivo	196/23 SEI: 2922 /2023-08	abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 470.219.230,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 84, 153, 160, 168, 175, 201, 231, 236, 267, 278, 292, 293, 294, 295, 300, 305, 327, 334. Mens. nº 104/23	30/06/23 (sexta-feira)	PAUTA
176	Poder Executivo	371/23 SEI: 4862/2023-50	dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências. Veto Parcial ao Texto: incisos XXXVII, XXXVIII e XXXIX do art. 6º, §4º do art. 19, §2º do art. 21 e §4º do art. 86, alínea i) do art. 23, §2º e 3º do art. 27, §1º do art. 32, Art. 38, §2º do art. 33 e art. 54, alíneas e), f), g) e h), do inciso I, § 6º do art. 56 e art. 70, incisos XIII, XIV e XV do art. 71, §1º e §3º do art. 86, Art. 98, VETOS A ITENS DO ANEXO IV, VI, XI, XIII. (verificar Mensagem). Mens. nº 211/23	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
177	Fábio Felix	PLC 13/23 SEI: 3002/2023-07	Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que "reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências", para acrescentar dispositivos sobre a aposentadoria por cuidados maternos". Mens. nº 111/23	11/08/23 (sexta-feira)	PAUTA
178	Doutora Jane	225/23 SEI: 3145/2023-19	Cria o comitê de proteção à mulher e dá outras providências. Veto Parcial ao art. 4º e do art. 12. Mens. nº 117/23.	11/08/23 (sexta-feira)	PAUTA
179	Poder Executivo	273/23 SEI: 3383/2023-16	Altera a Lei nº 7.171, de 1º de agosto de 2022, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências. Veto às Emendas Aditivas constantes do Anexo IV do Projeto (quadro em Anexo a Mensagem). Mens. nº 121/23	18/08/23 (sexta-feira)	PAUTA
180	Poder Executivo	3.069/22 SEI: 4222/2023-40	"Dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no Distrito Federal e dá outras providências. Veto parcial aos arts. 7º e 8º. Mens. nº 153/23	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
181	Poder Executivo	323/23 SEI: 4519 /2023-13	abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 68.025.982,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 13, 60, 103, 109, 131, 145, 151, 174, 176, e 187. Mens. nº 164/23.	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
182	Robério Negreiros	2.173/21 SEI: 4554/2023-24	"Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de socorro aos animais atropelados no Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial aos arts. 6º e 7º. Mens. nº 167/23	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
183	Paula Belmonte	56/23 SEI: 4561/2023-26	Institui os princípios, as diretrizes e os objetivos para a Política Distrital da Mulher no Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao aos incisos XII e XVII do art. 3º, e ao inciso II do art. 4º. Mens. nº 173/23	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
184	Paula Belmonte	58/23 SEI: 4565/2023-12	"Institui o Código de Defesa do Empreendedor, estabelece normas para expedição de atos públicos de liberação da atividade econômica e dispõe sobre a realização de análise de impacto regulatório. Veto Parcial ao artigo 4º, inclusive seus incisos I e II, e ao artigo 7º. Mens. nº 177/23	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
185	Eduardo Pedrosa	416/23 SEI: 4748/2023-20	Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães a*picas – Cuidando de quem cuida, no Distrito Federal, e dá outras providências. Veto Parcial aos incisos V e VII do art 4º; aos incisos II e VIII do art 5º e ao art 8º. Mens. nº 205/23	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
186	Thiago Manzoni	373/23 SEI: 4742/2023-52	Institui a Política Distrital de Valorização das Disciplinas Elementares. Mens. nº 208/23	31/08/23 (quinta-feira)	PAUTA
187	Joaquim Roriz Neto	131/23 SEI: 5363/2023-80	Institui medidas administrativas destinadas a evitar o feminicídio. Mens. nº 216/23	24/09/23 (terça-feira)	PAUTA
188	João Cardoso	2.036/21 SEI: 5364/2023-24	"Institui a Política Distrital de Atenção Integral à Pessoa com Síndrome de Ehlers-Danlos – SED ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade – TEH. Mens. nº 217/23	24/09/23 (terça-feira)	PAUTA
189	Poder Executivo	466/23 SEI: 5806/2023-32	Altera a Lei nº 7.171, de 1º de agosto de 2022, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências. Veto Parcial ao Anexo IV. Mens. nº 220/23	23/10/23 (segunda-feira)	PAUTA

190	Poder Executivo	535/23 SEI: /2023-	abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 197. 535. 420,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 103, 114, 179, 216, 246, 285, 286, 287, 289, 295, 298, 300, 301, 311, 312, 313, 314 e 316. Proferido Relatório do Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 311 e 114. Rejeitado o Veto Parcial as emendas nº 114 e 311 na Sessão Extraordinária de 10/10/23 Mens. nº 234/23	03/11/23 (sexta-feira)	PAUTA
191	TCDF	422/23 SEI: 6434/2023-61	dispõe sobre a criação da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso IX do art. 3º, disposto no inciso II do art. 1º. Mens. nº 241/23	17/11/23 (sexta-feira)	PAUTA
192	Poder Executivo	PLC 31/23 SEI: 6870/2023-31	.Homologa o Convênio ICMS nº 116, de 4 de agosto de 2023, que autoriza o Distrito Federal a ins.tuir programa de remissão parcial de débitos fiscais e de anis.a parcial de suas multas e juros rela.vos ao ICMS na forma que especifica; e ins.tui o Programa de Incen.vo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF 2023. Veto Parcial ao art. 2º, § 3º, incisos X e XI; ao art. 3º, § 1º; ao art. 4º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c"; ao art. 4º, § 3º; ao art. 5º, § 8º; ao art. 7º, § 5º, incisos I e II; ao art. 9º; ao art. 10; ao art. 11; ao art. 12; ao art. 13, parágrafo único; ao art. 19; ao art. 22, incisos I, II e III; ao art. 23; ao art. 24; e ao art. 25. Mens. nº 257/23	27/11/23 (segunda-feira)	PAUTA
193	Poder Executivo	451/23 SEI: 7075/2023-60	Dispõe sobre a cooperação, implementação e execução de ações entre a Administração Pública distrital e os serviços sociais autônomos na forma que especifica, o qual se converteu na Lei nº 7.330, de 31 de outubro de 2023. Veto Parcial ao §5º do art. 5º. Mens. nº 266/23	01/12/23 (sexta-feira)	PAUTA
194	Poder Executivo	PLC 25/23 SEI: 7657/2023-46	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências, Veto Parcial ao §2º do art. 12. Mens. nº 288/23	05/02/24 (segunda-feira)	PAUTA
195	Poder Executivo	455/23 SEI:7659/2023-35	abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 24, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 70, 93, 94, e 96 Mens. nº 290 /23	05/02/24 (segunda-feira)	PAUTA
196	Poder Executivo	636/23 SEI: 7870/2023-58	abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 9.580.300,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 21 Mens. nº 303/23	05/02/24 (segunda-feira)	PAUTA
197	Poder Executivo	701/23 SEI: 7871/2023-01	abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 10.607.156,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 6. Mens. nº 304/23	05/02/24 (segunda-feira)	PAUTA
198	João Cardoso	3.026/22 SEI: 0404/2024-24	Institui a atividade econômica denominada self storage, para fins de regularização do funcionamento, no Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial parágrafo único do art. 5º e ao art. 6º. Mens. nº 49/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
199	Poder Executivo	452/23 SEI: 8523/2023-24	Altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que "dispõe sobre a polí-ca habitacional do Distrito Federal"; e a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que "dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mor-s e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Rela-vos - ITBI e da Taxa de Limpeza Pública - TLP. Veto Parcial ao artigo 1º, inciso XXIII, e ao artigo 2º. Mens. nº 339/23	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
200	Joaquim Roriz Neto	128/23 SEI: 0932/2024-36	Dispõe sobre a regulamentação de geladeiras solidárias de uso comunitário e compartilhado no Distrito Federal e dá outras providências. Mens. nº 42/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
201	Jorge Vianna	801/19 SEI:0391 /2024-91	Dispõe sobre a garan#a de acesso e permanência de ambos os pais ou responsável acompanhando pacientes menores de idade no decorrer de consultas nas unidades de saúde das redes pública e privada do Distrito Federal. Veto Parcial ao parágrafo único do art. 1º. Mens. nº 41/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
202	Thiago Manzoni	502/23 SEI: 0004/2024-16	Altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que "dispõe sobre os bene.cios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mor7s e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Rela7vos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP. Veto Parcial alteração contida no inciso XIV do art. 4º e no inciso XIII do art. 9º, dispostos no inciso I do art. 1º. Mens. nº 343/23	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
203	Martins Machado	749/19 SEI: 0395/2024-70	Institui o Programa Voucher Melhor Idade – PVMI, des-nado ao atendimento da pessoa idosa, e dá outras providências Mens. nº 45/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
204	Jorge Vianna	1.712/21 SEI: 0224/2024-41	Dispõe sobre a exibição de informações rela(vas ao prazo de validade dos produtos oferecidos aos consumidores no Distrito Federal. Veto Parcial ao caput e ao parágrafo único do artigo 2º. Mens. nº 25/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
205	Pastor Daniel de Castro	279/23 SEI: 0349/2024-71	Disciplina a prática e a fiscalização da pesca no Lago Paranoá. Veto Parcial aos arts. 14 e 18 Mens. nº 26/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
206	Iolando	1.719/21 SEI: 0178/2024-80	Dispõe sobre o uso de dispositivo de áudio junto a equipamento de leitura óptica de código de barras em comércios. Veto Parcial ao art. 2º. Mens. nº 20/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
207	Wellington Luiz	522/23 SEI: 0223/2024-04	Altera a Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que "dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências", e a Lei nº 6.518, de 12 de março de 2020, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos no Distrito Federal por processos biológicos" Veto Parcial aos incisos I, II e III, do artigo 1º. Mens. nº 24/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA

208	Robério Negreiros	2.963/22 SEI: 0071/2024-31	Institui a Campanha de Conscien-zação sobre a Cinomose Canina no Distrito Federal e dá outras providências. Veto parcial art. 4º, caput e parágrafo único. Mens. nº 6/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
209	Chico Vigilante	3.063/22 SEI: 0157/2024-64	Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia, a ser comemorada na primeira semana do mês de abril. Veto parcial ao parágrafo único do art. 2º Mens. nº 12/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
210	Fábio Felix	1.934/21 SEI: 0134/2024-50	Cria o Selo Desperdício Zero com o objeivo de atestar o compromisso de entes públicos e privados com a redução do desperdício de alimentos no Distrito Federal. Veto Parcial ao art. 6º. Mens. nº 11/24	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
211	Poder Executivo	613/23 SEI: 0001/2024-83	estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2024. Veto Parcial Anexos referentes as emendas de autoria da Mesa Diretora da Câmara Legislativa nºs 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 74, 219, 223, 300, 354, 581, parágrafos § 2º e § 3º ao art. 5º. Mens. nº 340/23	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
212	Poder Executivo	612/23 SEI: 0002/2024-28	Dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024- 2027. Veto Parcial a dispositivos do Anexos I, II, III e IV do PPA, Anexo IV – Metas e Prioridades da LDO 2024. Mens. nº 341/23	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
213	Poder Executivo	724/23 SEI: 0003/2024-72	Concede remissão, anistia e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mor#s e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP relativos aos imóveis pertencentes ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal – FGP-DF, intituído pela Lei nº 5.004, de 21 de dezembro de 2012. Veto Parcial aos artigos 1º e 2º Mens. nº 342/23	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
214	Poder Executivo	663/23 SEI: 8377/2023-55	abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 176.434.423,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 8 e 28. Mens. nº 323/23	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
215	Poder Executivo	841/23 SEI: 8399/2023-55	Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências", o qual se converteu na Lei nº 7.363, de 26 de dezembro de 2023. Veto Parcial ao Anexo referente veto às Emendas Aditivas nº 1 e nº 2 Mens. nº 333/23	04/03/24 (segunda-feira)	PAUTA
216	Poder Executivo	846/24 SEI:1098 /2024-41	Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências. Veto Parcial ao Anexo que incluiu as alíneas 2.2.4, 2.2.5 e 2.2.6 ao relatório do Anexo IV da LDO 2024 Mens. nº70 /24	22/03/24 (segunda-feira)	
217		SEI: /2024-	. Mens. nº /24		